

A FARSA DA TROPA NATIVA NA TRANSIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DOI: 10.5935/2177-6644.20160025

THE FARCE OF THE NATIVE
TROOPS IN THE TRANSITION TO
INDEPENDENCE IN SAO TOME AND
PRINCIPE

LA FARSA DE LA TROPA NATIVA EN
LA TRANSICIÓN HACIA LA
INDEPENDENCIA EN SANTO TOMÉ
Y PRÍNCIPE

Augusto Nascimento*

Resumo: Este texto aborda os conflitos políticos em São Tomé e Príncipe no período de transição entre o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal e a independência em 12 de Julho de 1975. A colónia não conheceu luta pela libertação. Os militantes do MLSTP não quiseram retornar à colónia, delegando a sua representação e a “luta” política na Associação Cívica. Esta era formada por estudantes universitários que promoveram manifestações de rua contra o colonialismo e, depois, contra os são-tomenses que não aceitavam a ideia de revolução social. O crescimento da tensão social e política acabou por levar o MLSTP a renegar a acção dos estudantes e a liquidar a Associação Cívica em Março de 1975. Este episódio foi uma medição de forças entre os nacionalistas que, noutros países africanos, ocorreu depois da independência.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe. Colonialismo. Processo de libertação nacional.

Abstract: This text addresses the political conflicts in São Tomé and Príncipe during the period of transition between the coup d'état of 25 April 1974 in Portugal and independence on 12 July 1975. The colony had not experienced any struggle for national liberation. The militants of the MLSTP did not want to return to the colony, delegating its representation and the political “fight” in the Civic Association. This was made up of college students who returned to islands and promoted street demonstrations against colonialism and then against the Sao Tomeans who did not accept the idea of social revolution. The crescendo of social and political tension eventually led the MLSTP to renege on student action and to liquidate the Civic Association in March 1975. This episode was a cleavage of forces among the nationalists who, in other African countries, took place after independence.

Keywords: São Tomé and Príncipe. Colonialism. Process of national independence.

Resumen: Este texto aborda los conflictos políticos en Santo Tomé y Príncipe en el período de transición entre el golpe de Estado de 25 de abril de 1974 en Portugal y la independencia el 12 de julio de 1975. La colonia no había conocido lucha por la liberación nacional. Los militantes del MLSTP no quisieron regresar a la colonia, delegando su representación y la “lucha” política en la Asociación Cívica. Esta estaba formada por estudiantes universitarios que promovían manifestaciones callejeras contra el colonialismo y luego contra los son-tomenses que no acepta la idea de revolución social. El crecimiento de la tensión social y política acabó por llevar al MLSTP a renegar la acción de los estudiantes ya liquidar la Asociación Cívica en marzo de 1975. Este episodio fue una separación de fuerzas entre los nacionalistas que en otros países africanos se produjo después de la independencia.

Palabra clave: São Tomé y Príncipe. Colonialismo. Proceso de independencia nacional.

* Universidade de Lisboa. E-mail: anascimento2000@yahoo.com

Introdução

O tempo vem esbatendo a paixão em torno das actuações políticas em São Tomé e Príncipe na transição para a independência entre 1974 e 1975. Mas, até há pouco, ainda subsistia um mal-estar em torno da remoção da Associação Cívica Pró-MLSTP (doravante, Cívica),¹ criada no arquipélago após o golpe de 25 de Abril em Portugal e dinamizada por estudantes universitários para fazer propaganda do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), anos antes reconhecido pela OUA como legítimo representante do povo são-tomense. É dito, a Cívica anunciou a *boa nova* da independência e agitou as *massas* contra o colonialismo. Contudo, em Março de 1975, a Cívica foi proscrita e os seus membros, acusados de deslealdades e até de crimes, foram, de alguma forma, forçados, a abandonar São Tomé. Nem sequer se lhes facultou assistirem na sua terra à proclamação da independência pela qual se tinham empenhado.

Durante anos, prevaleceram os silêncios e os incómodos relativos à injustiça do desenlace do comício de 19 de Março de 1975,² no qual a Cívica foi arredada da cena política pelo MLSTP, em nome de quem e por quem os jovens da Cívica tinham conduzido a agitação política e social desde meados de 1974.³

Uma visão mais distanciada desse comício – menos atida ao sentimento de injustiça que perpassou pelos jovens – sugerirá que, mais do que a divergência acerca do destino da tropa nativa na fase de transição para a independência, foi a conjugação da saturação das injunções revolucionárias com a oportunidade da assunção do poder pelo MLSTP que determinaram o fim abrupto da Cívica, anunciado nesse comício.

O incómodo, calado, resulta do silêncio e dos juízos forçosamente velados acerca das ocorrências de Março de 1975. Por exemplo, por um lado, os cívicos não teriam ganho ascendente se não falassem em nome do MLSTP, por outro, estavam na terra, eram jovens e, de posse de uma visão ideológica, achar-se-iam com direito a pautar a via

¹ Malgrado interpretações discutíveis, veja-se uma síntese sobre a Cívica em (SANTO, 2008, p. 79-81).

² O silêncio e a omissão começaram logo: num *Relatório dos últimos acontecimentos em S. Tomé e Príncipe*, de 9 de Abril, por Gastão d'Alva Torres, Pedro de Barros Umbelina e António Pires dos Santos (policopiado, colecção particular), os depoentes não mencionam o comício, como se este não se tivesse realizado.

³ Mesmo que em Agosto de 1974, Carlos Graça tenha asseverado a Pires Veloso que o MLSTP não encomendara acções desestabilizadoras à Cívica, mesmo que na sequência desse contacto tivesse existido um consenso no MLSTP relativamente ao interesse próprio e não necessariamente pró-MLSTP das acções da Cívica em São Tomé (GRAÇA, 2011, p. 68-69), a verdade é que a acção política era pontuada pela duplicidade – ninguém consentiria admitir que incentivava o que moralmente era reprovável mas se achava politicamente útil, mais não fosse pela pressão posta nas ruas para o reconhecimento do MLSTP (cf. *idem*: 72-73), que ajudaria a neutralizar a FPL – e que durante meses acções de desestabilização prosseguiram, constituindo uma luta que o MLSTP não desdenhava por ela arregimentar são-tomenses para o seu campo e impedir a organização de outras correntes de opinião; veja-se NASCIMENTO 2016b.

revolucionária como, aliás, já tinham hegemonizado as ruas. Aprenderiam à sua custa que, à via revolucionária, os do MLSTP, até dias antes em Libreville, prefeririam segurar o poder.

Antes de um documentário recente,⁴ os eventos da época foram descritos em poucos relatos memorialistas, previsivelmente não coincidentes, e em narrações, por regra destituídas da interpelação de motivações, objectivos e consequências dos actos daquele tempo, embora acompanhadas de apreciações positivas da generosidade dos jovens, os quais se teriam devotado a acordar consciências dos ilhéus contra o colonialismo.⁵ Ora, a história é bem mais complexa.

Sinal do incómodo que os eventos de 1975 suscitaram é asserção a de que então se assistiu a uma “farsa” relacionada com a tropa nativa.⁶ Denotando um aparente mal-estar no tocante à derrota da Cívica a escassos meses da independência, a conotação subjacente à palavra “farsa” não elucidada, antes obscurece, o significado desses eventos.⁷ Não se explicou em que consistiu a farsa, nem se designaram os farsantes, quedando por explicar o recurso a uma palavra carregada, conquanto esquiva, a respeito das dissensões dessa época. Registe-se, pois, o silêncio de anos e a ausência de descrições e análises sobre este cisma, caricaturado como farsa mas não debatido, na esteira, aliás, da opacidade e do silêncio em torno da militância dos nacionalistas são-tomenses.⁸

Este texto, focado no período entre agosto de 1974 e março de 1975, ensaia aprofundar as interpretações sobre a forma como a (pretensa) oposição ao colonialismo se transformou numa clivagem no campo nacionalista, poucos meses depois de ele se afirmar nas ilhas e a poucos meses da independência.

⁴ Cf. *São Tomé e Príncipe. Retalhos de uma história*, documentário de Jerónimo Moniz e Nilton Medeiros, 2015.

⁵ Por exemplo, segundo Armindo Vaz, como em relação à autodeterminação e à independência, dado o atraso face a outras colónias, resolveram criar a Associação Cívica pró-MLSTP para conduzir as populações ao apoio incondicional à independência do arquipélago, in LABAN 2002: 358-359.

⁶ Numa dissertação de mestrado, apresentada há anos numa universidade portuguesa, afirmou-se que em 1975 nas ilhas se assistira a uma farsa relacionada com a tropa nativa, cf. FERNANDES s. d.: 47 e ss.

⁷ Uma das descrições foi elaborada por quem foi afastado, Gastão TORRES 2012. Para uma descrição sintética dos eventos, (Cf. SEIBERT, 2001, p. 110) e ss; também (NASCIMENTO, 2015).

⁸ Os tempos de monetarização da vida social não vão propícios à afirmação de valores, tão pouco à prevalência de ressentimentos. Após décadas de silêncio, algumas vozes – Gastão Torres e Filinto Costa Alegre – evocaram os eventos de 1975 e apontaram a injustiça cometida contra os elementos da Cívica. Recentemente, em jeito de apaziguamento e de concertação, lembrou-se a acção política da Cívica; por exemplo (TINY, 2015).

Da chegada do 25 de Abril à ilha até ao acordo de Argel

No dia 25 de Abril de 1974, a ideia de independência estaria fora das cogitações da maioria dos ilhéus e mais habitantes do arquipélago.⁹ Embora reconhecido pela OUA, o MLSTP – basicamente, o pequeno grupo que passara de CLSTP a MLSTP numa reunião em 1972 em Santa Isabel –,¹⁰ inoperante na terra, pouco ou nada diria à maioria dos ilhéus¹¹ alheados da política, salvo o que de vagamente político continha a adesão aos propósitos das autoridades e, bem assim, às efemérides e festividades da nação portuguesa, que, fazia anos, se deixara de representar como colonial. Sem embargo quer da existência de adeptos da independência, quer da irrupção do sentimento nacionalista no grosso dos ilhéus após o 25 de Abril,¹² à guisa de um ressentimento subitamente vazado,¹³ dir-se-ia que a independência foi em muito determinada pela conjuntura e, em particular, por ideias trazidas de fora,¹⁴ desde logo pelos estudantes chegados de Lisboa em meados de 1974.

Após o 25 de Abril, talvez por sugestão do português Jorge Campinos ao são-tomense Gastão Torres, foi criada em São Tomé a Associação Cívica Pró-MLSTP, para

⁹ Hoje, não faltam afirmações acerca da existência do MLSTP nas ilhas ou da consciência independentista. Porém, se escrutinada a substância das afirmações, deparamo-nos com a negação dessa consciência e, por maioria de razão, de uma acção nacionalista por quem a afirma. Por exemplo, referindo-se ao pós-25 de Abril, Filinto Costa Alegre fala de um trabalho árduo para conquistar as pessoas para a ideia de independência e para neutralizar a proposta federalista da Frente Popular Livre (VELOSO 2008, p. 151). Tal sugere a despolitização de grande parte das pessoas. Aliás, cumpre aventar que, para além do trabalho árduo, tal ganho político também dependeu da disposição do poder colonial demissionário.

Por regra, pede-se-nos que creiamos no que, tendo sido clandestino, não se podia descrever e registar, como se, por um imperioso preito de homenagem ao historicamente correcto ou por uma afectação ideológica, tivéssemos de abdicar de sopesar caminhos heterodoxos da história, nomeadamente, os conducentes à independência de São Tomé e Príncipe.

Almeida Santos aludiu ao vírus das independências disseminado a partir da metrópole (2006, II, p. 264). No tocante a São Tomé e Príncipe, poderia estar certo, conquanto se deva admitir que as independências dos outros territórios sugeririam percurso idêntico para o arquipélago equatorial, tanto mais que, de súbito, Portugal parecia querer desapegar-se das várias colónias. Já nas palavras de Tomás Medeiros, a independência do arquipélago resultou da “enxurrada” das demais independências, *in* LABAN 2002, p. 206.

¹⁰ Evento de que Tomás Medeiros alega ter sido arredado, cf. depoimento *in* LABAN 2002, p. 205-206.

¹¹ Antes do 25 de Abril de 1974, o MLSTP não realizou quaisquer acções em São Tomé (Cf. SEIBERT 1995), o que a leitura dos relatórios da PIDE e o cotejo de outras fontes corroboram.

¹² Por muito enraizado (conquanto recalçado) que estivesse, o sentimento anticolonial podia não coincidir com a aspiração nacionalista. Em todo o caso, até pela reduzidíssima mobilidade social, pela quase coincidência entre clivagem racial e assimetria económica e social, São Tomé e Príncipe seria um dos casos em que mais facilmente o ressentimento anticolonial dava azo sentimento nacionalista.

Além de despertar os sentimentos nacionalistas, os jovens da Cívica quiseram anular as visões político-ideológicas que não consubstanciassem a palavra de ordem revolucionária *independência, já!*

¹³ É consensual a ideia de que, até ao 25 de Abril, a exiguidade do território e a feição ditatorial só permitiam a manifestação de sentimentos de suporte à situação política e ao regime colonial. Num certo sentido, e em oposição a essa contenção forçada durante décadas, a partir de Junho de 1974 a liberdade de expressão levou a que os sentimentos anticoloniais e nacionalistas parecessem varrer a ilha de São Tomé.

¹⁴ Retorquir-se-á que o nacionalismo tende a chegar sempre de fora, mas não é esta a perspectiva com que, em regra, em São Tomé e Príncipe, se fala de nacionalismo.

representar o MLSTP junto das autoridades.¹⁵ Conhecida por Cívica, compunha-se de estudantes regressados da metrópole, em cujas universidades se tinham politizado pelo contacto com variantes do ideário marxista.¹⁶ Entre os que se engajaram na Cívica estavam Norberto Costa Alegre, Carlos Tiny e Manuel Vaz Fernandes, destacando-se Filinto Costa Alegre, tornado um ídolo da juventude, a qual subitamente encontrava possibilidades de realização nas acções políticas de rua. Pautada pelo viés racial (Cf. NASCIMENTO 2016b), a Cívica nasceu em Junho de 1974 numa reunião de jovens. Apesar de creditados por uma ou outra figura, a quem se reconhecia uma certa distinção – caso de Alda do Espírito Santo¹⁷ que, juntamente com Daniel Daio, integrou a direcção (Cf. SANTO, 2001, p. 58) –, a iniciativa cabia aos jovens e, em especial, a Filinto Costa Alegre. Os jovens divulgaram os propósitos independentistas e fizeram propaganda do MLSTP, repita-se, até ao 25 de Abril inoperante na terra. A Cívica não se limitou a anunciar a *boa nova*¹⁸ da independência e a agitar as *massas* contra o colonialismo. Com o fervor revolucionário da época, quis também cercear a afirmação de outras correntes políticas e combater outras eventuais resoluções da situação colonial. Arrogava-se o objectivo de forçar a governação portuguesa ao reconhecimento do MSLTP e do direito à independência das ilhas.

Concomitantemente à criação da Cívica emergiu a agitação social. Foi convocada uma greve geral para 24 de Junho para reivindicar um aumento de salário. Perante a recusa, sucedeu-se a convocação de nova greve para 27 de Junho. A 1 de Julho, trabalhadores das roças realizaram uma marcha para a capital,¹⁹ seguindo-se acções de

¹⁵ Cf. TORRES, 2012; acerca da formação da Cívica ver também (SEIBERT 2001, p. 103; 128, nota 189).

¹⁶ Esse ideário só se atinha à realidade africana e, no caso, insular na medida em que a queria mudar. O marxismo fornecia os instrumentos conceptuais, o guião de medidas e a justificação ética do exercício de um poder voluntarista e ditatorial em nome do *povo*. Hoje ninguém reconhecerá que era marxista-leninista. E, na verdade, ao tempo só o seria num sentido assaz ralo, mas o bastante para se impor aos demais conterrâneos.

¹⁷ Para GRAÇA, Alda “desempenhou um papel moderador do extremismo ‘cívico’ por estar ligada a um certo espírito da disciplina comunista e bom senso anti-festivo” (2011, p. 70). Sem embargo destes atributos na atitude de Alda, deles não decorria a moderação do extremismo dos jovens cívicos. Arriscaria dizer que o seu apoio era mais contido em função de cálculos políticos não explicitados. Antecipemo-lo, em congruência com outras atitudes corajosas, Alda abonou pessoalmente pela conduta dos jovens quando estes caíram em desgraça após o comício de Março de 1975; sobre Alda, veja-se NASCIMENTO 2016a.

¹⁸ Foi com este referente religioso que um dos elementos da Cívica caracterizou a sua acção junto dos trabalhadores das roças (testemunho pessoal, A. Nascimento). Todavia, nas roças, o acolhimento da *boa nova* redentora terá variado, porventura menos em razão do conteúdo da *boa nova* do que do histórico do tratamento dos trabalhadores, da origem destes, da atitude dos roceiros, entre outros factores.

¹⁹ A mobilização dos trabalhadores das roças mereceria um estudo. Sem embargo de, ao pressentir a falência do laço colonial, a Cívica ter provocado a desestruturação das relações nas roças, tal não deve levar a considerar que o “sucesso da mobilização dos trabalhadores das roças contra o adversário comum, a despeito das divisões étnicas existentes entre crioulos e serviçais, foi um grande êxito para a Cívica” (SEIBERT, 2001, p. 104). A menos que o “adversário comum” fosse o colonialismo, abstractamente considerado, e que o êxito tenha sido o

protesto e de reivindicação em vários sectores da economia (SEIBERT, 2001, p.104). Decerto por a faceta lúdica do novo ambiente político também a isso convidar, a Cívica logrou uma mobilização da população, mormente dos jovens. Não custa a crer que, por algum tempo, tenha mobilizado parte significativa dos ilhéus, mas bastava a inexistência de oposição para vingar a impressão de guiar a maioria. Com efeito, em inícios de Agosto, a Frente Popular Livre (doravante, FPL) dissolveu-se, deixando o campo livre à Cívica.

De acordo com o governador Pires Veloso, chegado a 30 de Julho de 1974, a Cívica usou o medo e o boato, noutras palavras, as bravatas revolucionárias. Diga-se, num primeiro momento, laborando para a lassidão da autoridade, esses expedientes favoreceram a ascensão da Cívica porque a inédita reversão da assimetria racial afigurava-se algo de exaltante. Ainda de acordo com Pires Veloso, a Cívica aproveitou a índole respeitadora, afável e crédula dos ilhéus para promover manifestações e mais acções somente para criar um clima de instabilidade e de medo (VELOSO, 2008, p. 117;120). Elegendo o branco como inimigo, a Cívica promovia uma constante agitação política e social, recorrendo, por vezes, à violência verbal, sobretudo a ameaças.²⁰ Amparados pela conjuntura externa e pela transigência das novas autoridades, nalguns casos também paternalisticamente revolucionárias, os jovens da Cívica contribuíram para a desarticulação dos desamparados colonos e condicionaram os funcionários nativos. As contemporizações das autoridades no arquipélago ajudavam dar a impressão de que a Cívica era capaz não só de minar a autoridade, como até de a substituir.

Munida do guião da luta de classes, a Cívica enveredou por actos que visavam importunar e atemorizar os colonos,²¹ a coberto do que, todavia, se insinuava outra luta. Era dito, o “objectivo da nossa luta não é correr com os brancos da nossa terra para termos um governo negro. Nós lutamos contra o colonialismo português porque é um

abandono forçado das roças pelos administradores. Porém, talvez não fosse necessariamente do agrado dos trabalhadores. Afinal, SEIBERT refere, citando EYZAGUIRRE, que “a maior parte dos trabalhadores contratados permaneceu à margem do verdadeiro processo político” (Cf. 2001, p. 104).

²⁰ Por exemplo, Filinto Costa Alegre veio desmentir o boato da construção de masmorras, mormente para prender colaboracionistas (in VELOSO, 2008, p. 128). Mas o que queda por saber é se tal boato não tinha livre curso, também por à Cívica não convir desmenti-lo. Hoje, os elementos da Cívica podem dizer que não tinham masmorras, que tal era um absurdo... mas, ao tempo, não lhes terá convindo que se propalasse tal ideia, que vingasse a convicção de um poder paralelo ou com contornos de futuro poder, porventura mais efectivo e constrangedor do que o poder colonial?

²¹ Dir-se-á que a militância dos jovens da Cívica intimidou os colonos. Vale a pena lembrar que os grupos dominantes também têm percepções políticas e ajuízam da viabilidade das suas condutas. Mais decisiva do que a intimidação, que também ocorreu, foi a percepção dos colonos acerca do desamparo da metrópole e da quebra do laço colonial. Sem esta, aquela nem sequer existiria.

sistema que oprime e degrada o Homem. Nós lutamos para que o nosso povo seja governador sim pelos seus próprios filhos, principalmente para que na nossa terra o Homem já não explore o trabalho de outro homem [...] A nossa luta não pode, portanto, terminar com a simples declaração de independência”.²² O ardil desta formulação ideológica é que ela não só iludia o que era a prática corrente – correr com os brancos, condição do sucesso da “luta” – como por isso a Cívica cobrava um preço, a imposição de um modelo político e social. Com efeito, aspecto por regra omitido, mais relevante do que a dos colonos, foi a intimidação dos conterrâneos.²³ O medo foi uma arma não apenas contra os colonos, mas também, se não sobretudo, contra a parte da população são-tomense, que não se inebriava com a independência, mormente as famílias ilustres da terra. Com efeito, ainda que as ameaças se dirigissem ao colono, elas não deixavam de incutir receios em quem teria de lidar com a antevista discricionariedade de quem lhe herdasse a autoridade. O intento de instilar o medo entre os colonos alargou-se aos ilhéus economicamente diferenciados, entre eles, os que, aceitando a independência, queriam continuar a viver como até então.

De alguma forma, os ilhéus sentiram-se constrangidos a aderir a propósitos dos jovens chegados com a verdade acerca do mundo e que se perfilavam como futuros donos do poder. O papel da Cívica em prol do MLSTP, apresentado como libertador, mas, sobretudo, como putativo mandante, induzia os ilhéus a colar-se aos seus propósitos.²⁴ A politização fez-se apressadamente, em suma, com a agressividade revolucionária de jovens, cuja legitimidade política advinha dessa visão apocalíptica do mundo e, afinal de contas, do ambiente revolucionário nas ruas da metrópole, onde se gritava *nem mais um soldado para as colónias*.

²² Mensagem da Cívica de 6 de Novembro de 1974 in CRUZ, 1975, p. 93-94.

²³ Este propósito, enunciado ao tempo, não só não foi devidamente enfatizado pelas narrativas históricas da época como não faz parte do balanço que os ex-cívicos fazem da sua actividade, limitando-se a dizer que se cometeram erros.

Por exemplo, em Novembro de 1974, a Cívica dizia que o “inimigo do nosso povo não são somente os colonialistas portugueses. Ele pode encontrar-se também entre nós, entre os nossos compatriotas”, os oportunistas que, nunca se tendo oposto ao colonialismo, estão a postos para “utilizar as conquistas desse mesmo povo para satisfazer os seus interesses e ambições pessoais” (Cf. mensagem da Cívica in CRUZ, 1975, p. 95). A este respeito, veja-se (NASCIMENTO, 2016b).

²⁴ Foi a projecção do futuro poder do MLSTP que, em Agosto de 1974, impeliu a FPL a juntar-se-lhe, na circunstância, também para tentar conter os excessos da Cívica, o que se revelou infrutífero. Os elementos da FPL nem sequer conseguiram dos do MLSTP uma palavra de desincentivo ao crescendo de acções disruptivas dos jovens da Cívica, no que, aliás, os do MLSTP tinham interesse; a este respeito ver (NASCIMENTO, 2015 e 2016b).

Ao levar para as ilhas a “luta” até então inexistente, não se tratava de obrigar as autoridades demissionárias a anuir ao que elas já se predispunham – a saber, à resolução da questão colonial e ao reconhecimento do direito à independência –, tratava-se, sim, de condicionar os conterrâneos a aceitar a independência tal qual eles, estudantes, a delineavam à luz de ideologias revolucionárias então em voga e, note-se, aparentemente corroboradas pelo clímax de confronto entre os blocos ocidental e de leste. Foi nesta trama que, subitamente, os ilhéus se viram enredados após o 25 de Abril.

A Cívica quis tornar a independência uma obra sua, promovendo uma luta extemporânea, no fundo, contra os são-tomenses a quem se quis cercear as hipóteses de escolha do destino. Saídos de uma ditadura que os apartara da política, os ilhéus eram levados a apoiar a independência, logo, a aderir ao MLSTP pela incapacidade e pela impossibilidade de pensar quaisquer alternativas.

A luta levada para o arquipélago pela Cívica nutriu-se da instrumentalização de pessoas, fácil em vista da promessa de redenção da humanidade negra, do ressentimento por décadas de secundarização e, conforme se alegava, por séculos de exploração e de humilhação perpetradas pelo colonialismo, e, por fim, da expectativa da apropriação da riqueza dos colonos, tais os esteios da visão da nação são-tomense em gestação.

Dada a política colonialista de subalternização dos ilhéus, causadora de um ressentimento calado e, também, de um fosso entre europeus e ilhéus, era fácil contrapor à visão racializada da nação colonial uma noção racializadora da vindoura nação são-tomense, da qual se excluíam os brancos exploradores e, eventualmente, até os mestiços. Dado o lastro do colonialismo, o antagonismo racial credibilizava a ideia da personificação do mal nos colonos, que, de um momento para o outro, se descobriam desamparados pelo Estado que abdicara da soberania colonial, sendo até como que desdenhados pelas novas autoridades. Quanto aos *mulatos* indicou-se-lhes como destino o ilhéu das Cabras (SANTO, 2001, p. 107-108), dichote de semântica tão ou mais carregada do que no tempo colonial, com a qual se vincava a inospitalidade do inabitado ilhéu.

A propalada “luta” tornou-se a causa da instabilidade social. Sem tardar, alguns ilhéus encontraram-se na circunstância de terem de trocar o cepticismo, as dúvidas e os receios quanto ao futuro pela adesão à Cívica. O sentimento de culpa da elite tradicional pela passividade face ao colonialismo e o medo em virtude do desamparo da potência

colonial fizeram parte do consentimento ao vago e indefinido projecto do MLSTP, cuja aceitação era condição para se esquecer a pretérita aquiescência ao colonialismo.

Meses após o 25 de Abril, o cenário era por demais favorável à disseminação da “luta”. Não só a disposição repressiva do poder demissionário era mínima – aos colonos, e não só, pareceria nula –, como os responsáveis tinham de lidar com a réplica da agitação política em curso na metrópole desde 25 de Abril no seio dos militares europeus. Numa visita do governador ao quartel, os soldados brancos de Caçadores 7 brindaram-no com a entoação do *Avante, camarada*, hino do Partido Comunista Português. Após este facto, Pires Veloso repatriaria parte ou todo o contingente de europeus.²⁵ Afinal, para esquerdismo já bastava a Cívica. A guarnição terá passado a compor-se de 600 ilhéus (VELOSO, 2008, p. 126-127),²⁶ com o que, diria Pires Veloso, dera “uma prova de confiança à tropa negra, que logo me aceitou naturalmente” (VELOSO, 2008, p. 127). Não se menospreze a possibilidade de chamar tropa de Angola, como sucedeu, mas, como alegava Veloso, a desmobilização de portugueses não deixava de constituir uma prova de confiança nos soldados ilhéus, pelo menos maior do que nos soldados europeus desmobilizados. Na visão revolucionária, tal não se coadunava com os manuais de uma revolução, corresponderia, sim, a uma trama neocolonialista, como veremos, uma das justificações para a Cívica posteriormente empurrar o governo de transição para a deliberação de extinguir Caçadores 7.

Cumprir não aderir ao enunciado de Pires Veloso acerca da confiança na (e da) tropa nativa. Fosse como fosse, após incidentes e subsequentes medidas disciplinares – entre elas, a deportação expedita de um dos implicados na tentativa de desvio de armas do quartel, provavelmente por instigação da Cívica (VELOSO, 2008, p.16-17) – e após a iminência de confrontos entre militares nativos e europeus em 6 de Setembro de 1974, o exército colonial, composto de ilhéus e de uma minoria de europeus, deu prova de estabilidade.

As primeiras tentativas de contacto de Pires Veloso com o MLSTP, decerto no intuito de lograr a acalmia política no território, não lograram resultados. Sucederam-se

²⁵ A Caçadores 7, amputado dos soldados europeus, somava-se a Polícia Militar, composta por europeus, a quem foi cometida a missão policiamento e de preservação da ordem pública.

²⁶ Esta cifra parece exagerada. Dado o desencontro dos testemunhos, é assaz difícil apurar os números dos contingentes militares. Noutro trecho, Veloso fala em 400 homens (2008, p. 137). Num texto de 1975, alude a 250 soldados nativos, in CRUZ 1975, p. 144. Costa PINTO fala de companhia formada por 300 militares são-tomenses (Cf. 1999, p. 92). Já para SEIBERT, em 1975 existiam 114 soldados nativos na companhia de Caçadores (Cf. 2001: 130, nota 224).

manifestações e nos incidentes de Setembro²⁷ – invasões de lojas a pretextos de que os comerciantes sonegavam géneros que tinham para vender – esteve-se à beira da confrontação praças nativas e europeias.²⁸ Dispararam-se tiros de que terá resultado a morte accidental do ilhéu Giovani. Pires Veloso ajudou à descompressão estando presente no funeral e declarando uma tolerância de ponto a 9, em que os comerciantes deveriam abrir as portas, e feriado por ocasião do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, 10 de Setembro.

Ao tempo, a ideia das autoridades de que as greves e a turbulência social não serviam o futuro da população são-tomense esbarrariam na propaganda da Cívica assente na hegemonia nas ruas e na vontade de desforra da dominação racial.

Nesse Setembro pleno de tensões e receios, os brancos não foram molestados fisicamente, mas, agredidos verbalmente, revelaram desnorte. Curiosamente, os alvos do desvario não foram os ilhéus, antes os brancos que davam mostras de se apartar da solidariedade racial, entre eles, o governador, acusado de ser um fraco. Pires Veloso foi desvairadamente insultado no palácio por uma europeia que, como os demais, esperava dele a repressão expedita dos desmandos da Cívica, a qual, todavia, parecia concitar a tolerância imponderada da autoridade que a devia reprimir ou, pelo menos, conter. É possível que de início Pires Veloso partilhasse da visão dos colonos como retrógrados e culpados e que visse nas diatribes dos ilhéus a reacção natural às violências e às humilhações passadas, condescendendo, por isso, com alguns desvarios dos ilhéus.

Pode dizer-se que o comportamento dos brancos revela o racismo que estava soterrado pela conveniência política da aparência de paz social, tornada premente desde os anos 60. A aparência de harmonia racial não dissipara o racismo, antes o contivera, porquanto, por velada indução governamental, os colonos tinham intuído que a sua primazia dependia, para lá do laço colonial, da afectação de uma harmonia e da integração social selectiva e paulatina de elementos negros socialmente distintos.

²⁷ Segundo SEIBERT, em Setembro, “as perturbações provocaram dois incidentes, em que morreram dois Santomenses, as únicas vítimas da luta pela independência no arquipélago” (1995), sendo certo que a morte de Geovani ocorreu na sequência de altercações com militares portugueses (SANTO 2012, I, p. 304) De uma perspectiva menos apegada à versão da “luta”, duvidar-se-á de que as mortes, accidentais, tenham resultado “da luta pela independência no arquipélago” e de que os incidentes dos primeiros dias de Setembro constituam propriamente episódios de uma luta pela independência.

²⁸ Com a necessária cautela, dadas a omissão de trabalhos de outros autores, a ausência do mínimo aparato crítico e as ilacções implausíveis, consulte-se uma descrição destes eventos em SANTO 2012: I, 305 e ss. Esta obra tem a vantagem de evocar vários eventos de outro modo devotados ao esquecimento. Porém, a prudência obriga não só a duvidar de interpretações e descrições, a meu ver, incongruentes e enviesadas, como também a conferir todos os dados factuais, alguns dos quais reportados a fontes não editadas.

Intuída a rala, ou mesmo nula, disposição das autoridades em proteger os colonos, a agitação e a provocação dos da Cívica, replicadas pelos demais ilhéus,²⁹ tornavam-se fáceis e gratuitas. Desconcertante para os colonos,³⁰ a agitação revanchista provinha de décadas de rebaixamento e de secundarização dos ilhéus. Em 1974, a acrimónia foi insulada pela acção da Cívica.³¹ De carga racista, os propósitos dos seus jovens mentores eram acobertados pela linguagem revolucionária e pela alegada vontade do povo que eles monitorizavam e em nome do qual acometiam contra os colonos enquanto personificação do colonialismo e do mal.³² Fosse como fosse, se a mensagem de meia dúzia de jovens incendiou os ânimos, tal ficou a dever-se não apenas à percepção do risco nulo, mas também ao ressentimento calado anos a fio perante as arbitrariedades e a violência simbólica transmutada, nos derradeiros anos do colonialismo, num dúplice paternalismo, que não deixava de obrigar os ilhéus à reverência face ao colono. Na circunstância, também se ficou a dever a uma espécie de ditame relativo à agressividade a ostentar para com os brancos para não se ser acusado de colaboracionista ou de reacionário, tal a semente dos constrangimentos que se abatiam sobre alguns ilhéus naquele período de transição e que, mais vincadamente, vigorariam após a independência.

Apesar de agastar e de atemorizar colonos e, também, ilhéus mais conservadores – fosse por também serem alvo, fosse por intuir que a agressividade se viraria contra eles –, cumpre dizer que a luta era algo mais retórica do que consequente, como o denota a entrega de armas da Organização dos Voluntários, de que elementos da Cívica se tinham

²⁹ A criação de um clima de desconfiança entre brancos e negros era o resultado da metamorfose nos ilhéus, que num ápice passaram de pacíficos a violentos. Essa metamorfose estava na origem do medo que se apossou dos europeus (Cf. SILVA, 2004, p. 82-83), medo igualmente derivado do que os colonos considerariam ser a inépcia na repressão dos negros.

³⁰ Acerca das razões pelas quais os colonos estavam impreparados para a coacção psicológica inerente à mutação da submissão numa conduta pautada pela animosidade e o ódio, antes recalcado, veja-se *Governo de S. Tomé e Príncipe. Acontecimentos ocorridos no período de 30 de Julho de 1974 a princípios de Outubro de 1974*, de 3 de Outubro, por Pires Veloso, policopiado, colecção particular.

³¹ A acrimónia é narrada, por exemplo, por BONDOSO que, nos primeiros dias de Agosto, ouviu “vai embora para a tua terra”, dichote com o intuito de intimidar (Cf. 2005, p. 36).

Sem dúvida, ela foi ditada pela Cívica, cujos elementos hoje a considerarão meramente instrumental e não traduzir um ódio racial, de resto, compreensível. Porém, era compreensível tanto em razão do ressentimento devido à dominação racial branca, quanto às condições para o exteriorizar, a saber, a posição de abertura à independência das colónias e o discurso de posse de Pires Veloso, que deixava perceber que o novo governo português prescindia da soberania colonial. Evidentemente, isso deixava os colonos desamparados, tanto mais que se percebia a nula disposição repressiva das autoridades.

³² Era irrelevante que num ou noutro discurso se distinguisse a luta contra o colonialismo da luta contra o branco (veja-se primeira mensagem de Pinto da Costa in CRUZ, 1975, p. 89), quando, na prática, não havia forma de operar tal distinção nem as condutas se pautavam por tal destriça. Convinha até que não se distinguisse colonialismo de colonos, porque isso a galvanização daí decorrente reforçava o ascendente dos líderes da Cívica e abria caminho ao projecto político do MLSTP.

apoderado nas roças. Todavia, quando se convenceu de que a agressividade e a violência simbólicas, motivadas por uma ideologia auto-referenciada e sem contradita, não se deteriam, Pires Veloso chamou uma companhia de fuzileiros para alardear força. Chegada a 8 de Setembro, a sua presença por uns dias conteve os ânimos, incluindo, presume-se, os de soldados ilhéus doutrinados pela Cívica. Ademais, Pires Veloso ordenou exercícios de fogo real em Anambó, onde, constava, a Cívica dispunha de 600 guerrilheiros prontos para descer à cidade e castigar os colaboracionistas, isto é, os que não lhe obedecessem (Cf. VELOSO, 2008, p. 130-131). O efeito divisor de boatos deste teor não terá sido medido pelos jovens cívicos.

Enquanto isso, Pires Veloso não deixou de instar Lisboa para o início de conversações formais com o MLSTP.³³ A tensão e a agitação também levariam os oficiais do MFA nas ilhas a pugnar para que Lisboa reconhecesse o MLSTP.³⁴

Por entre quase confrontos e episódios picarescos – desde o menoscabo da ordem de regresso à metrópole de Rafael Durão que Spínola enviara para auxiliar o governador³⁵ até à risível manifestação das mulheres frente ao palácio –, caminhou-se para as negociações de Argel, onde só estavam em jogo os procedimentos de acesso à independência.

O acordo esteve em risco porquanto o MLSTP queria o reconhecimento incondicional de representante do povo são-tomense, ao passo que o governo português

³³ Segundo SANTOS, em Setembro, o governador enviou telegramas a dar conta de uma onda de instabilidade – reivindicações, boatos, saneamentos, manifestações –, de crescente acrimónia, solicitando o início de contactos com o MLSTP. Pires Veloso alvitrava até a hipótese de confrontos entre tropa branca e negra em resultado da demora nas negociações (Cf. 2006, II, p. 277).

Não estava em causa o direito à auto-determinação, mas apenas o agendamento de negociações. A Cívica aproveitava a demora dessas negociações para ir impondo aos conterrâneos um processo revolucionário por conta de uma luta consentida pelas autoridades contra os colonos e o colonialismo.

³⁴ Por convicção ideológica da época relativa às independências e, segundo SANTOS, pelo desejo de regresso a casa, em 12 de Outubro de 1974 “os oficiais dos três ramos” das forças armadas deliberaram por unanimidade reconhecer o MLSTP como único e legítimo representante do povo são-tomense e envidar esforços para que tal posição fosse adoptada em Lisboa. Em apoio ao ideário e ao programa do MLSTP, comprometiam-se a facilitar aos seus elementos total liberdade de acção na propaganda desse programa. Por fim, propunham-se denunciar, através de uma sistemática campanha de esclarecimento, as manobras que comprometessem a futura independência das ilhas (SANTOS, 2006, I, p. 342-343). Com isso, vedavam a possibilidade de surgimento de outras correntes de opinião, já não relativamente à saída da condição colonial mas até relativamente aos contornos políticos do regime pós-independência. Na sequência desta posição, iniciaram-se os contactos preparatórios do acordo de Argel. Mas nem por isso a Cívica, representante do MLSTP, serenou.

³⁵ Talvez por influência dos roceiros, Ricardo Durão foi incumbido pelo general Spínola da missão de auxiliar o governador. Porém, foi por este recambiado no próprio avião em que chegara a São Tomé. Acerca das interpretações da presumível missão de Ricardo Durão por nativos e colonos, veja-se *Governo de S. Tomé e Príncipe. Acontecimentos ocorridos...*, de 3 de Outubro de 1975. Se o embarque de Durão ocorreu no dia da chegada, não houve tempo para a inquietação dos ilhéus. Já a notícia da firmeza do governador poder-lhe-á ter granjeado maior confiança entre os ilhéus.

aparentava pretender ver expressa a vontade popular. O território não conhecera nenhuma luta, mas para os do MLSTP era como se tal tivesse ocorrido. Esta equiparação da militância à luta nas demais colônias era vital porque o MLSTP não queria que a população se pronunciasse sobre a solução do laço colonial, nem sequer sobre o regime saído da independência. O MLSTP pretendia receber o poder das autoridades coloniais, em nome do povo mas sem escolha da população.

De alguma forma, o acordo de Argel deveu-se sobretudo à vincada disposição das autoridades portuguesas de alijar a carga colonial, disposição bem mais decisiva do que a aparente intransigência no tocante à realização de referendos. No fim, com o reconhecimento do MLSTP como representante do povo são-tomense, o acordo de Argel, de 26 de Novembro, desvalorizaria essa consulta popular, a que o MLSTP, apesar de se pressentir e ser antecipadamente considerado pelas partes como inevitável vencedor, não se queria sujeitar.³⁶ Mesmo assim, o MLSTP não se queria confrontado com a expressão política de uma elite local, com algum prestígio (ainda que diminuído pelo fim do suporte colonial e pela nova visão do mundo) que automaticamente se afastava de desígnios comunizantes.³⁷ A solução de compromisso foi, não uma consulta popular, mas a eleição de uma assembleia constituinte. Esta consulta ainda se tornaria mais ociosa após os eventos de Março de 1975, adiante referidos.

Do acordo de Argel à farsa da tropa nativa

Na sequência do acordo de Argel, o governo de transição iniciou funções a 21 de Dezembro, dia do padroeiro São Tomé e de habitual comemoração da descoberta da ilha. Tal escolha não significava a aceitação da história ou da importância da data religiosa para os ilhéus, obedecia, sim, ao intuito da reescrita da história e de um novo desenho para a nação.

Por parte do MLSTP, o governo era chefiado por Leonel Mário d'Alva, primeiro-ministro, a quem se juntavam os ministros Alda do Espírito Santo, da Educação e

³⁶ Apesar da quase inevitável vitória de qualquer movimento de libertação naquela conjuntura, seria interessante saber se, no fundo, o MLSTP não teria dúvidas quanto ao resultado de eleições livres que o obrigasse a expor os desígnios socializantes. Afinal, o MLSTP não reprovava as acções da Cívica, julgando-as politicamente úteis para a conformação da população com o desígnio socialista.

³⁷ Mesmo que os do MLSTP negassem ser comunistas, isso tinha necessariamente de valer pouco. Era comum negar-se perfilhar tal ideologia e, ao mesmo tempo, pô-la em prática, mormente no tocante às relações políticas. Ainda que indirectamente relacionado, outro elemento de prova era o suporte à Cívica que apenas cessou quando Pinto da Costa intuiu a crescente aversão ao revolucionarismo da Cívica.

Cultura, Carlos Graça, dos Assuntos Sociais, Gastão Torres, da Justiça e do Trabalho, e Pedro Umbelina, da Comunicação Social, além do ministro português, major Azevedo. Gastão Torres e Pedro Umbelina comungavam dos desígnios da Cívica, a qual também gozava da simpatia de Alda, propensa a apoiar toda a acção contra o colono e, no limite, até contra o próprio governo de transição a que pertencia.

O exercício do poder por um governo de transição com elementos do MLSTP, terá induzido alguma acalmia social, mas não nos jovens cívicos. A pressuposição de que a turbulência social se devia a uma reservada protelação de negociações e de que, após estas, se entraria numa fase de relativa normalidade revelou-se falsa. Na verdade, nem com o governo de transição se eliminou o persistente atrito, a dado passo relacionado com o destino a dar à tropa nativa, a que praticamente se reduzira a antiga unidade de Caçadores 7, que a Cívica pretendia ver substituída por milícias populares.

As autoridades portuguesas tinham de se manter à testa do território, ao mesmo tempo que assistiam à propaganda do ódio racial na rádio. Esta propaganda poderia ser tolerada, a inoperância do governo talvez também. Porém, a hegemonização do governo pela Cívica conduziria a um braço-de-ferro com o alto-comissário.

A tropa nativa revelava-se um engulho para os jovens revolucionários. Durante a transição, iniciada a 25 de Abril, São Tomé e Príncipe fora a única colónia onde as tropas se mantiveram, mais do que fiéis a um Portugal tornado potência colonial demissionária, obedientes às chefias militares portuguesas, responsáveis pela administração do território. Ao passo que os soldados portugueses tinham entoado o *Avante, camarada*, os soldados ilhéus terão entoado o hino nacional a convite do governador. Portanto, apesar das atrocidades colonialistas e de algumas mortes de militares ilhéus, a tropa nativa não se rebelava contra a autoridade enfática e repetidamente qualificada pelos jovens *cívicos* de colonialista.

Nesta conduta militar, pautada pela coesão e obediência aos superiores hierárquicos, talvez pesasse a percepção de que, no plano militar, a capacidade repressiva dos portugueses não se esfumara. Pires Veloso relatou um assalto a uma arrecadação de material de guerra e a tentativa de desvio de armas e de munições do quartel, frustrada pela oposição de um oficial português que barrou a saída do camião, colocando-se à sua frente. Um dos responsáveis foi prontamente mobilizado para Angola (Cf. VELOSO, 2008, p.129), com o que deve ter sido reposta a ordem no quartel.

Porventura, era mais provável que os militares nativos participassem do espírito de corpo. Tal significava permanecerem imunes à aliciação de cariz revolucionária, que, aliás, se adentrara no quartel pela mão de soldados europeus. Diversamente da exaltação revolucionária dos europeus e com exceção da tentativa de desvio de armas ou da hostilidade nas ruas nos dias 5 e 6 de Setembro, os soldados são-tomenses abstiveram-se de desafios às autoridades. Tal era uma condição para estas poderem negociar com o MLSTP a paulatina pacificação do ambiente político até à independência.

É de conjecturar que, entre as invectivas dos jovens compatriotas e a voz dos comandantes brancos, os soldados e os poucos graduados ilhéus acabassem por preferir a segurança do quartel e a previsibilidade da sua missão, não contrária à independência, à incorporação em milícias populares, como o proporia a revolucionária Cívica, a cujo mando discricionário passariam a estar sujeitos. Esta conduta da tropa nativa seria quase ofensiva para o pensamento revolucionário dos jovens cívicos.³⁸ Encetando um processo de disrupção política ou, na impossibilidade de o fazer, encenando-o, a Cívica tentou estreitar a margem de decisão do alto-comissário ao irrelevante. Para isso, impunha-se remover a tropa nativa. A questão da tropa nativa foi o nó pelo qual se romperia a unidade entre o MLSTP e a Cívica.

Face à contínua pressão política e social da Cívica, cabe perguntar se havia um plano para detonar uma luta para, com sangue, fundar a nova nação³⁹ ou se sucessivas acções resultavam de uma propensão revolucionária que, galvanizada pelos seus propósitos, não se detinha perante quaisquer consequências, por irrealistas ou insustentáveis que os seus objectivos pudessem ser. A menos que se aceite a tese de que entrementes a Cívica deixara de se sentir vinculada ao MLSTP,⁴⁰ almejando, subrepticamente, alcançar o poder⁴¹ – o que era uma quase impossibilidade⁴² – a actuação

³⁸ A Cívica terá depreciado uma missão de boa vontade da tropa nativa na pessoa do graduado Albertino Neto, que se terá encontrado com Daniel Daio e com Filinto Costa Alegre (Cf. SANTO 2012, p. 295-296). Apesar de remeter esta menção para uma entrevista, a menção contém imprecisões – desde logo, não se menciona a data do encontro, um dado crucial para o situar naquela acelerada sucessão de acontecimentos –, acompanhadas de interpretações duvidosas, para além das resultantes da provável reconstrução da memória da parte dos entrevistados. Em todo o caso, talvez se possa tomar como assente que a Cívica não abdicava da sua arrogada superioridade em favor da irmandade dos ilhéus, para além de parecer plausível que possa ter sido dito a Albertino Neto, nesse encontro ou noutras ocasiões, que Maria do Carmo, a sua esposa, perpetrara um “grave erro político” ao ter criado a FPL (Cf. SANTO 2012, p. 507).

³⁹ Para Almeida Santos, ao tempo ministro da Coordenação Interterritorial, a Associação Cívica queria uma libertação nacional armada com heróis sem risco (Cf. 2006, II, p. 263-264).

⁴⁰ SEIBERT defende que o sucesso da Cívica aumentou a sua rivalidade com os dirigentes da Cívica que tinham estado fora durante mais de dez anos (Cf. 2001, p. 108-109).

⁴¹ Para GRAÇA, só o reconhecimento do MLSTP pela OUA impediu a Cívica de formar um novo partido e a levou a adoptar “um falaz letrado pró-MLSTP” (2011, p. 73). Na verdade, para além deste óbice do

dos jovens parecia dominada por uma vertigem revolucionária. Porém, parecendo autojustificada porque ligada a uma dinâmica conflitual auto-referenciada, a vertigem da contestação política esgotava-se. Algo despropositada, especialmente a partir do acordo de Argel, tal contestação agastava os que não queriam a sua vida regulada por incessantes injunções revolucionárias.

A inércia impetuosa impedia a Cívica de sopesar a acrimónia gerada pela sua actuação. Em parte, os jovens foram vítimas de juízos equivocados, um, o de imaginar que a exaltação e a consequente desregulação social podiam constituir a normalidade, na circunstância, dita revolucionária. Outro, o de tomar a sua ousadia como medida da sua representatividade social e, ainda, da disposição da população para os seguir na resistência a ordens das autoridades. Por um lado, não terão querido supor que a força da sua ousadia dependia da contenção (entre a paciência e a tática) do alto-comissário. Por outro, a crença revolucionária e a apartação de outros grupos impediram-nos de enxergar os sinais de dissonância.

De início, graças à exaltação com a independência vindoura e à desforra da subalternização racial vigente no colonialismo, fora fácil construir narrativas que demonizavam os colonos, em especial, roceiros e comerciantes, mobilizando contra estes a vontade de desagravo, avivada por dificuldades de aprovisionamento de géneros. Porém, empossado o governo de transição, a predisposição para hostilizar os colonos e manter um clima de luta decresceria entre a população. Fincados na sua condição de vanguarda, os *cívicos* não se deram conta da corrosão do quotidiano por efeito da luta tornada irrazoável. Facto por eles impensado, a permanente turbulência gerava a fadiga social e prospectivava um cenário de incerteza para o pós-independência. Mesmo se velado, o afrontamento dos ilhéus apodados de reaccionários e a questionação das diferenças económicas e da distinção social, que os ilhéus mais velhos e socialmente diferenciados tinham por naturais, aumentavam a dissensão na sociedade,⁴³ tendendo a

reconhecimento da OUA, a criação de um novo partido abria incerteza quanto aos rumos do território. Mais do que a criação de um partido próprio – que, diria, não estava nas cogitações primevas dos jovens da Cívica –, estes tinham ideias próprias acerca do rumo que o MLSTP deveria imprimir ao país, pretendendo lugares de destaque no seio do MLSTP.

⁴² Ainda assim, cumpre ponderar a ideia de que, embora falando pelo MLSTP, a Cívica se poderia tornar num óbice para a governação do MLSTP. Pode também ter assumido a percepção de futuras rivalidades. É plausível que Pinto da Costa se tenha deixado apossar por qualquer convicção deste teor, passando a agir em consequência. Conforme se referirá adiante, alvitaria que Pinto da Costa intuiu as vantagens da chegada ao poder em concertação com as autoridades portuguesas, na circunstância, o alto-comissário.

⁴³ À época, era fácil causar convulsões, como hoje é fácil e corriqueiro negar ter estado na sua origem. Como argumentou Filinto Costa ALEGRE, “num movimento de massas não se consegue controlar todos os

apartar os ilhéus que achavam que, com a independência já negociada e próxima, era desnecessário prosseguir na senda da confrontação que não servia o futuro do país. Em suma, os processos da Cívica causavam anticorpos numa sociedade que prezava o imobilismo e as conveniências sociais.

Os jovens cívicos tinham levado para o território uma luta com que coagiam os conterrâneos a aceitar os seus ditames revolucionários. Graças ao medo, tinham suscitado a adesão à independência total e completa⁴⁴ e ao MLSTP de quem eram arautos. Achavam-se uma força bastante para tolher o governo de transição. Pouco lhe importando que são-tomenses já ocupassem posições de decisão no aparelho estatal, por inércia revolucionária, a Cívica focou-se na destruição do aparato de autoridade. Este desígnio deparou com um opositor, Pires Veloso, decerto olhado pela Cívica, não como uma autoridade de transição, mas como colonialista. Ora, simultaneamente, ele acabaria encarado por parte dos ilhéus como o apoio para conter a Cívica.

Ao arrepio do consignado no acordo de Argel acerca da arquitectura de poderes até à independência, um dos imperativos da “luta” tornou-se o desmantelamento do que, para a Cívica, era o resto do repressivo Estado colonial, a tropa nativa. Ainda que a esta distância este eventual objectivo se afigure pueril ou despropositado (como o veio a parecer ao MLSTP), ele ter-se-á perfilado como uma tarefa inadiável para a Cívica, movida pela vontade de uma desforra revolucionária, conquanto crescentemente apartada da parte significativa da população.

A tropa nativa não disparara um tiro contra ninguém e, na véspera da posse do governo de transição, o líder do MLSTP, Pinto da Costa tecera um voto de confiança aos soldados são-tomenses que permaneceriam às ordens do alto-comissário.⁴⁵ Porém, para os *cívicos*, que tinham colonizado o governo de transição,⁴⁶ a tropa nativa era a última

seguimentos. [...] Mas temos a consciência que trabalhamos com a melhor das vontades. No entanto é natural que tenha havido excessos, sobretudo nas roças. Mas nunca a partir da Associação Cívica” (Cf. 2010).

⁴⁴ Sendo a independência total e completa algo de contornos indefinidos – cujo dado tangível era a expulsão do branco –, concitava adesões de motivação variada, por exemplo, a da memória das narrativas dos progenitores, a da inveja relativamente aos ilustres da terra – que, diga-se, sempre tinham cultivado a distância face aos patrícios –, a da revolta geracional, a de uma adesão emocional ao que parecia ser uma mirífica transformação da vida de privações numa vida de abundância.

⁴⁵ A 20 de Dezembro de 1974, aos “compatriotas no exército português”, Pinto da Costa afirmou a convicção de que se tivesse havido luta armada, pelo menos a maioria deles jamais pegaria em armas para combater ao lado dos inimigos da independência. Aduziu que os “nossos compatriotas integrados no exército português sabem que antes de tudo são filhos de S. Tomé e Príncipe. É portanto pelo interesse do povo que eles devem lutar” (Cf. COSTA, 1978, I, p. 26).

⁴⁶ Esta inferência é de difícil prova. Baseia-se no testemunho de Carlos Graça e de Pires Veloso, mas, obviamente, tais testemunhos serão negados por outros actores. Ao tempo, ninguém exprimia o juízo acerca dos demais e, durante décadas, prevaleceram os silêncios e os considerandos implícitos, o que não ajuda à explicação

baia ao seu fervor revolucionário. A seus olhos, em África não faltavam exemplos de instrumentalização da tropa por poderes neocoloniais,⁴⁷ o que amplamente justificava a sanha ao ascendente do alto-comissário sobre os militares.

Como se disse, a questão da tropa nativa foi empolada por um monismo ideológico, à luz do qual a coesão dos militares sob comando do colono parecia uma afronta só pelo que tal comportava de contraditório com a ideologia. Para os jovens *cívicos*, tal conduta não podia ser uma escolha dos militares ilhéus. Não se devendo ao bom senso ou à defesa dos seus interesses, a conduta alienada dos militares só podia ser um resquício do colonialismo, ao serviço de quem aqueles ainda estavam. Já os soldados ilhéus, por inércia de obediência aos seus comandantes ou por um misto de ponderação e intuição, achariam desarrazoado o propósito de desmantelamento da sua unidade, Caçadores 7, a que pertencia o sargento Albertino Neto, marido de Maria do Carmo Bragança, que dirigira a extinta FPL.

Assente o cronograma da transição até à independência, o empolamento da questão da tropa nativa tornou-a num braço-de-ferro com o alto-comissário, que depois se transferiu para o campo independentista, algo que os jovens nunca terão julgado possível, dado o reiterado suporte incondicional dos de Libreville às suas iniciativas. Por maioria de razão, não podiam imaginar como corolário desse braço-de-ferro a súbita mudança de opinião do MLSTP e, sobretudo, de Pinto da Costa, a abordar de seguida.

O acordo de Argel atribuía o comando das forças militares ao alto-comissário, ficando a polícia às ordens do primeiro-ministro. Em caso de violação da ordem pública que justificasse a intervenção das forças armadas, o comando das operações era confiado ao alto-comissário assistido pelo primeiro-ministro. Caberia ao governo português e ao MLSTP a adopção concertada de medidas administrativas referentes aos militares do exército naturais das ilhas.

Só a euforia com a independência vindoura, terá levado os jovens *cívicos* a julgar exequível o esvaziamento dos poderes do alto-comissário e a tomar como inevitável a predisposição deste para abdicar da única força que lhe restava, aceitando, pois, um

do que se passou. Todavia, vários factos, incluindo a arquitectura do MLSTP, deixam perceber a rala autoridade do então primeiro-ministro, pressionado por diferentes forças e circunstâncias e receoso da Cívica.

⁴⁷ Para FERNANDES, o governo estava preocupado com o “destino a dar à tropa nativa, conhecida que era para os dirigentes de então a apetência dos militares pelo poder em África, através de golpes de estado e o facto de alguns militares mais graduados terem feito frente da Frente Popular Livre, organização surgida depois do 25 de Abril que reclamava a autonomia para o País no quadro de uma federação com Portugal” (s.d., 47). Diversamente, diria que a tropa nativa se tornou uma questão por indução da Cívica.

papel decorativo. Da mesma forma, não sopesaram outras possíveis consequências de um braço-de-ferro em torno desta questão, menos ainda a hipótese de serem desfeiteados.

Independentemente de quem a despoletou, a questão da tropa nativa, geradora de crescentes tensões e mal-entendidos no governo, tornou-se pomo de discórdia entre, por um lado, o alto-comissário e, por outro, o governo, colonizado pela Cívica, mormente por acção de Gastão Torres. Acto contínuo, apartaria o MLSTP da Cívica.

Em Janeiro de 1975, embora alertando-os para a eventual necessidade de desempenhos produtivos, aliás, em conformidade com a concepção ideológica das forças armadas ao serviço do povo, Pires Veloso tranquilizou os militares de Caçadores quanto ao futuro imediato.⁴⁸ Mas, decerto devido a rumores sobre a dissolução da unidade, a tensão perdurava e, a 25 de Fevereiro, o alto-comissário instou o governo de transição para que se definisse a situação dos militares nativos, no fundo, para que o governo tranquilizasse os militares sob seu comando, o que reverteria a seu favor e, nessa medida, significaria um travão à Cívica. A dita interpelação também pode ser entendida como um desafio à preponderância da Cívica no governo de transição, onde estava em maioria, porquanto Alda a apoiava veladamente, o primeiro-ministro, Leonel d'Alva, não se lhe opunha e Carlos Graça, interlocutor de Pires Veloso, estava isolado.⁴⁹

A política tecia-se de considerações implícitas: naquela conjuntura, até pelo medo de acusações de colaboracionismo com o colono ou de menos revolucionarismo, anuíase⁵⁰ até a intentos que suscitavam cepticismo. Naquele ambiente de exaltação política, quem discordava da dissolução de Caçadores 7 achou prudente não o manifestar abertamente. Mais, alguns esperariam que o alto-comissário travasse uma decisão que, embora conforme à cartilha revolucionária, podia ser indesejada pela crispação dela resultante. Sob pressão da Cívica, Leonel d'Alva terá dito ter assinado o decreto de

⁴⁸ Para VELOSO, a Cívica pretendia a dissolução de Caçadores 7, composto de praças são-tomenses (Cf. 2008, p. 137).

⁴⁹ Para GRAÇA, Leonel Mário d'Alva era não só muito influenciado como também muito brando com a Cívica, por quem mostrava compreensão, por razões familiares ou outras (Cf. 2011, p. 82-83).

⁵⁰ O consenso relativo à dissolução de Caçadores 7 seria a opinião formal e pública. Mas é possível que alguns são-tomenses, como o primeiro-ministro, Leonel Mário d'Alva, e Carlos Graça, dissessem uma coisa e pensassem e laborassem noutra. Aliás, a interpretar fielmente um depoimento de Leonel Mário d'Alva, figuras gradas do MLSTP não concordavam com a dissolução da tropa nativa, insistentemente demandada por Gastão Torres e pela Cívica. Teriam anuído para não causar divisões no MLSTP, mesmo cónscios de que a medida não respeitava o acordo de Argel (Cf. SANTO, 2012, I, p. 415). Carlos GRAÇA subscreveu a exigência de dissolução da tropa nativa, de que, conforme confidenciou a Veloso, discordava. Aliás, terá ficado aliviado quando Pires Veloso lhe disse que não acataria essa decisão (Cf. 2011, p. 83).

dissolução da tropa nativa de acordo com Pinto da Costa, estando ambos convencidos de que não se concretizaria.⁵¹

A 27 de Fevereiro, numa reunião do “Bureau Político no interior e do Comissariado Político”, instância partidária hegemônica pela Cívica, decidiu-se unanimemente a dissolução de Caçadores 7. Pareceria indubitável que a tropa nativa, sob comando do sargento Albertino Neto, quedava refém da reacção e poderia perpetrar um golpe de Estado (Cf. SEIBERT, 1995). Se, em abstracto, a hipótese era plausível,⁵² não o é menos a ideia de que se tratava de um pretexto aventado por jovens que, com a arrogância da ideologia triunfante, encaravam como uma afronta humilhante a subordinação de são-tomenses no exército colonial, quando, noutras colónias, os colonizados tinham derrotado o colonialismo.

A ideia de dissolver a tropa poderia não obedecer ao propósito de, na falta de força, causar um acréscimo de violência (ainda que, para quem à época vivesse na ilha, tal intuito fosse não só possível como provável). Em todo o caso, a dissolução da tropa nativa diminuiria o estatuto do alto-comissário, a quem, por esse tempo, já seria difícil chamar tropas de fora e que, sem os militares, ficava sem réstia de autoridade, mesmo que apenas para cumprir a missão de garantir uma transição sem violência.

Segundo Gastão Torres, existia consenso na cúpula do MLSTP quanto à necessidade de dissolução da tropa nativa, devendo preservar-se a polícia. O exército de 250 ou 300 homens era imprestável para a defesa de uma agressão estrangeira, pelo que se impunha substituí-lo por milícias populares.⁵³ Diga-se, a ideia de uma defesa popular, sustentada em exemplos de resistência anti-imperialista, não eliminava outras hipóteses, a saber, a de as milícias se tornarem instrumento de tomada de poder pelos *cívicos* e, sobretudo, de se tornarem num instrumento de constrangimento da população. Esta

⁵¹ Para Carlos GRAÇA, ministro hostilizado pela Cívica, tal provava “até que ponto a direcção do MLSTP tinha perdido poder face à Associação Cívica!” (Cf. 2011, p. 83).

⁵² Na época, não existiria consenso quanto à possibilidade de um golpe, sendo de admitir que, no curso de subterfúgios e de meias verdades decorrentes da pressionante liderança dos *cívicos*, os dirigentes aludissem essa hipótese. Ora, o facto de alguns destes terem ficado descansados com a resolução de Pires Veloso de não aceitar a dissolução de Caçadores 7, que eles tinham subscrito, mostrava que estavam pouco convictos de que se perpetraria um golpe.

⁵³ Segundo o relatório de 9 de Abril, assinado por Gastão Torres, ex-ministro da Justiça, Pedro Umbelina, ex-ministro da Comunicação Social, e António Pires dos Santos, no Bureau Político existia “consenso que a tropa nativa devia ser dissolvida e organizar-se convenientemente a polícia e criar uma milícia popular que assegurasse a integridade territorial em caso de agressão estrangeira” (Cf. *Relatório dos últimos acontecimentos...*, 9 de Abril de 1975, p.5).

hipótese era bem mais plausível do que a de as milícias se tornarem um instrumento para a tomada de poder pela Cívica, mas, subitamente, esta hipótese terá avultado.⁵⁴

Ao arrepio da concertação prevista no acordo de Argel entre o MLSTP e o governo português no tocante às forças armadas, a resolução do governo atinente à dissolução da tropa foi comunicada ao alto-comissário a 3 de Março. No dia seguinte, este visitou Caçadores 7 e, em alocução aos sargentos e praças, após aludir à união entre a tropa de Caçadores e o povo, declarou que, enquanto fosse comandante-chefe, “a tropa de caçadores não acabará”, posição reiterada por escrito ao primeiro-ministro a 6 de Março.⁵⁵

A 5 de Março, o governo ficou ciente da mencionada alocução à tropa. Aliás, o alto-comissário solicitara ao primeiro-ministro que a comunicasse aos ministros, o que, todavia, só sucedeu após um deles revelar ter sabido dela informalmente. Decerto, tal procedimento de Leonel Mário d’Alva tinha menos a ver com deslealdade do que com o embaraço em lidar com o confronto entre o alto-comissário e o seu governo, mormente, os ministros ligados à Cívica. Gastão Torres levou o governo a demandar a comparência do alto-comissário num conselho de ministros.⁵⁶ Face à recusa de Pires Veloso – que, ao invés, receberia o governo –, os ministros são-tomenses e os membros do Bureau Político na ilha partiram para Libreville para reunir com o MLSTP, viagem de que não terão informado nem o alto-comissário, nem a população.

Entrementes, Pires Veloso agendava exercícios de fogo real e fazia alarde das capacidades bélicas da tropa sob seu comando e, na circunstância, de um vaso de guerra surto no porto, o que não constituindo uma ameaça real, não deixava de ser intimidatório e, iniludivelmente, comportava uma provocação para quem se quisesse sentir provocado, no caso, a Cívica.⁵⁷ A 12 de Março, a ida de militares de Caçadores 7 ao emissor da rádio em suporte ao seu capitão, um europeu, que ali fora incumbido de ler um texto indicado pelo alto-comissário – significativamente intitulado “Abaixo o

⁵⁴ Enfileirando-a no antagonismo exacerbado dos cívicos face ao governo nas reuniões do comissariado político do MLSTP em São Tomé, Carlos GRAÇA considera que a tomada de poder era o objectivo da Cívica, para o que era necessário substituir a tropa nativa por milícias populares, cf. *Idem*, p. 81.

⁵⁵ *Relatório dos últimos acontecimentos...*, 9 de Abril de 1975, p.6 e 7.

⁵⁶ *Relatório dos últimos acontecimentos...*, 9 de Abril de 1975, p.6 e 7.

⁵⁷ A ameaça à Cívica datava de 24 de Fevereiro. Num ofício ao primeiro-ministro, Pires Veloso aludia à insistência de queixas contra determinados elementos da ex-Associação Cívica prejudiciais ao processo de descolonização. A propósito de um conflito numa roça, Pires Veloso dizia receber uma reacção nas Forças Armadas “contra alguns desses elementos, dado que em data oportuna, o Movimento das Forças Armadas neste Território, com o inteiro apoio do M. F. A. de Portugal definiu-se bem claramente a favor do Povo de S. Tomé e Príncipe e só deste”, policopiado, colecção particular.

racismo”⁵⁸ –, deu nota da coesão da tropa em torno das chefias. Entre os da Cívica e do MLSTP, o episódio foi retratado como uma ocupação militar da rádio.

Para Pires Veloso, a ex-Cívica, como a designava, desautorizava até o primeiro-ministro, que consentia em programas radiofônicos de incitamento contra os brancos e, em especial, os portugueses. A 12 de Março, mencionando o golpe falhado na metrópole, Pires Veloso volta a salientar “a ligação íntima, entre militares e o Povo”, ou, na ilha como na metrópole, “não saíssem os soldados também do seio do Povo”, pelo que reafirmava que a tropa não seria dissolvida. Terminava com a exortação “ABAIXO A REACÇÃO; FORA COM OS OPORTUNISTAS”,⁵⁹ que, curiosamente, poderia ser uma das palavras de ordem da Cívica.

Em Libreville, tais eventos motivaram um comunicado, emitido via rádio a 14 de Março, no qual, além de se assinalar que a juventude se mobilizara seguindo as palavras de ordem do MLSTP”, se alertava para a intocabilidade dos jovens e se secundava a conduta da Cívica.⁶⁰ Esse comunicado foi retransmitido pelo emissor na ilha após cerca de uma quinzena de jovens cívicos ter invadido o emissor e exigido a sua retransmissão. O alto-comissário não só interpelou o primeiro-ministro quanto à guarda do emissor pela polícia, ameaçando mandar guardá-lo por militares, como deu nota de ter interpretado o comunicado como dirigido contra ele.

A Pires Veloso somente restava fazer pressão, com o que, quiçá involuntariamente, abriu caminho a eventos políticos para que pôde contar com a colaboração dos militares sob seu comando. Momentos antes de nova ida do primeiro-ministro a Libreville, a 15, Pires Veloso anunciou-lhe ir propor a Lisboa antecipação da

⁵⁸ Segundo Pires Veloso, “um dos jovens elementos do Ministério da Comunicação Social, pôs em casa que o Alto-Comissário pudesse estar autorizado a isso”. Cf. *Evolução da situação. (Aspectos políticos)*, de 16 de Março de 1975, por Pires Veloso, policopiado, colecção particular.

⁵⁹ Simultaneamente, afirmava que, antes justificadas para acelerar a independência nacional, as greves só apunham dificuldades ao governo de transição e como tal, só podiam ser “consideradas manobras reaccionárias”, cf. *Palavras proferidas em 12 de Março de 1975*, policopiado, colecção particular.

⁶⁰ Era dito: “No respeitante à juventude, se quisermos ser honestos e imparciais, devemos afirmar sem ambiguidades, que ela também contribuiu decisivamente para a vitória obtida contra o colonialismo português. O Povo reconhece este facto e tem-no em consideração.” Aludia-se depois ao risco de vida corrido pela juventude, sobretudo antes de 28 de Setembro de 1974, “em que ainda estavam manobrando perigosamente as forças reaccionárias do regime deposto”, sentenciando-se que muito se devia “à nossa juventude. Há-de se render a devida homenagem. Se alguns dos seus actos merecem crítica”, eram, ainda assim, compreensíveis em razão das “condições anteriores e posteriores ao 25 de Abril. Os vexames e sofrimentos do passado ligados ao entusiasmo e à fogueira próprios da idade juvenil, podem bem explicar actos pouco aceitáveis. Mas o entusiasmo e a fogueira dos mais jovens completam a maturidade dos mais velhos”. Logo, ficava “bem claro, que todo o atentado contra a integridade física e moral dos nossos jovens revolucionários, será considerado atentado contra o M.L.S.T.P. e [...] o Povo de S. Tomé e Príncipe.”, cf. doc. 16 apenso ao *Relatório dos últimos acontecimentos...*, 9 de Abril de 1975.

independência, a retirada imediata dos portugueses e o fim da ajuda portuguesa. Foi com esta inopinada mensagem que Leonel Mário d'Alva chegou a Libreville.

Sem grande margem de erro, pode dizer-se que era improvável que tal proposta de Pires Veloso vingasse em Lisboa, onde a turbulência política nem sequer deixava tempo para questões alheias.⁶¹ Em todo o caso, o anúncio dessa disposição obrigava a escolher entre o acatamento do acordo de Argel, na circunstância, a vontade de Pires Veloso ou o suporte à dinâmica da Cívica, reiterado no comunicado do dia 14. Ainda que fosse uma hipótese remota, a eventual saída dos portugueses poderia obrigar à revalidação do acordo ou, alternativamente, causar um desfecho imprevisível, porquanto o poder podia ser legado aos militares. Como se disse, o MLSTP, no caso, Pinto da Costa, realizou a conveniência de, ao arrepio dos seus intentos de apenas entrar no país aquando da independência, se deslocar de pronto a São Tomé.

Cumprir lembrar a hipótese de uma implícita e enviesada influência da intentona de 11 de Março em Portugal nos desenlaces na ilha e em Libreville: ironicamente, os *slogans* na metrópole acerca da aliança entre forças armadas e povo serviriam a Pires Veloso para isolar os *cívicos*, qualificados de extremistas e de adversários do povo. Já em Libreville, a deriva revolucionária na metrópole no pós 11 de Março era uma garantia adicional, se precisa fosse, da irreversibilidade da descolonização. Ajudou, pois, o MLSTP a mudar-se para São Tomé, pois que a situação parecia demandar a sua presença. Aos de Libreville e, em particular, a Pinto da Costa afigurou-se avisado ir para o terreno, possivelmente ainda sem ter em mente concertar-se com autoridades portuguesas, que, entretantes, tinham passado de colonial-fascistas a revolucionárias, um desenlace político impensável para os jovens ilhéus que persistiam em ler a evolução política à luz do antagonismo racial do colonialismo. Se a concertação com as autoridades portuguesas parecia fora de questão, não sabemos se, malgrado o comunicado de 14, não assomara a convicção da necessidade de conter os jovens da Cívica.⁶²

Diga-se, uma das dificuldades de qualquer narração deste período respeita aos silêncios, imputáveis, por exemplo, às rivalidades caladas, que tornam difícil discernir

⁶¹ Como bem notou Gastão Torres, mesmo que tal vingasse em Lisboa, era irrelevante para a independência. Mas o mesmo já não sucederia no tocante a quem tomaria o poder em São Tomé.

⁶² Para Guadalupe de Ceita, a palavra “firmeza” com que Miguel Trovoada se despedira de Pinto da Costa respeitaria, afinal, à atitude a ter, não com as autoridades portuguesas, mas com a Cívica (CEITA, 2012, p. 278), tornada incómoda apesar das manifestações de apoio como as de 14 de Março.

intenções e objectivos, certamente também desenhados à medida de cada circunstância. Subsistem zonas de penumbra no tocante aos eventos subsequentes à chegada do MLSTP à ilha, a 17 de Março. Após a chegada, Pinto da Costa encontrou-se com Pires Veloso,⁶³ alegadamente também para lhe manifestar preocupação pela feição pouco democrática do processo de transição (Cf. VELOSO, 2008, p.138), uma eventual alusão aos actos de força do alto-comissário. Por tal abordagem de Pinto da Costa perpassava a convicção de que o alto-comissário estaria a prejudicar o processo de descolonização através do exercício da autoridade não compatível com o espírito democrático e com o acordado em Argel.

Antecipemo-lo, uma vez na ilha, Pinto da Costa preferiu um poder legado pela autoridade portuguesa a ter de lidar com os efeitos corrosivos da acção da Cívica. Onde, como e quando se terá formado a convicção da conveniência de deter a impetuosidade da Cívica, é uma questão em aberto. A par de eventuais narrações anteriores sobre a erosão do clima político em resultado da fadiga com as acções da Cívica, é possível que Pires Veloso tenha contribuído para que, de súbito, avultasse o receio de que a Cívica, nascida para apoiar o MLSTP, lhe quisesse disputar o poder. Ou de que, por causa dela, se precipitasse uma convulsão que obstasse à entrega do poder ao MLSTP.

Apesar do braço-de-ferro em torno da dissolução da tropa nativa, não é crível a intenção da Cívica de tomar o poder e perpetrar um golpe contra o MLSTP.⁶⁴ De certo modo, a Cívica já se encontrava no poder, pois que a actuação do MLSTP em São Tomé era decidida localmente e a complacência das autoridades ia dando a ideia de uma margem de manobra irrestrita. Já aos de Libreville, que inicialmente a tinham apoiado, a dado passo poderão ter começado a considerar demasiada a latitude de autonomia da Cívica –, porquanto dominava o governo e hegemonizava a vida social. Em todo o caso, por força de tanto se aventar a hipótese de um golpe por parte da tropa nativa, talvez

⁶³ Gastão Torres considerou esse encontro como uma subserviência relativamente ao alto-comissário, tendo recusado acompanhar Pinto da Costa (2012). Pinto da Costa terá negado esse encontro (Cf. SANTO, 2012, I, p. 560, nota 1237).

⁶⁴ Para Carlos GRAÇA, também o MLSTP desconfiava da lealdade da Cívica (2011, p. 73-75) conquanto cumpra relembrar que o MLSTP lhe reiterou apoio até 14 de Março. GRAÇA considerou que Gastão Torres intentava eliminar o MLSTP, para o que era necessária a substituição da tropa nativa, fiel ao MLSTP, por milícias populares (Cf. 2011, p. 81). Ainda para GRAÇA, a Cívica, que devia ter sido dissolvida após a posse do governo de transição, só tacitamente era pró-MLSTP (GRAÇA, 2011, p. 82). Pode relacionar-se a tentativa de substituição da tropa por milícias com um projecto de tomada de poder, mas arriscaria dizer que se trataria mais de uma dinâmica sem fins claros do que um passo premeditado na ofensiva contra o MLSTP. A Cívica norteou-se por uma voragem revolucionária, pouco atida ao imobilismo social e ao conservadorismo dos ilhéus. Essa propensão justificava-se com uma vulgata ideológica, que, qual verdade absoluta, a Cívica queria a impor ao meio local, veladamente considerado (quase) tão adverso quanto os colonos.

tenha emergido, em Libreville ou já em São Tomé, a convicção da conveniência de prevenir, não necessariamente um golpe contra o MLSTP – a que todos protestavam lealdade –, mas um golpe no seu seio que arredasse os de Libreville da preponderância. Afinal, o MLSTP deixara de ser apenas composto pelos de Libreville, não podendo mais este grupo reivindicar ser o MLSTP. Aliás, sempre se apresentava como a direcção do MLSTP, fazendo supor uma mole de militantes, que começara efectivamente a angariar a partir da dinamização política feita pela Cívica em seu nome.

No plano das hipóteses, avenge-se que Pinto da Costa não queria confrontar-se, a ele e aos seus propósitos, com a população isleña que ele sabia conservadora e pouco receptiva a desígnios comunizantes.⁶⁵ Por efeito da conjuntura internacional e da turbulência social desencadeada com a assistência da tropa portuguesa aos independentistas, lograra negociar o poder desde fora das ilhas. Só não contara com a corrosão social causada pelas diatribes da Cívica que ameaçavam a entrega do poder ao MLSTP. Nesta circunstância, teve de escolher entre a acalmia social e a concertação com as autoridades portuguesas ou a imprevisibilidade de uma eventual reacção aos métodos revolucionários da Cívica.

Se não laborava já sobre a questão,⁶⁶ já em São Tomé e ciente de versões do processo de transição pouco abonatórias para a Cívica,⁶⁷ Pinto da Costa terá intuído o perigo de disrupção social e de perda de controlo político na fase de transição. Assim, é possível que, já em São Tomé, Pinto da Costa se tenha convencido da necessidade de arredar elementos que, causadores de acrimónia, podiam, se não tolher o caminho para a independência, erodir precocemente a base de apoio ao MLSTP.

⁶⁵ SEIBERT defende que, mal preparado e desconfiando da administração colonial, o MLSTP decidiu não entrar em São Tomé (1995). Talvez se deva dizer que, provavelmente, desconfiava também dos conterrâneos, da rejeição por estes do seu programa político e, ainda, do menosprezo dos ilustres pelos jovens do MLSTP de acordo com a prevalência dos crivos sociais de antanho.

⁶⁶ Para Ceita, alguns dos elementos do MLSTP já alimentavam animosidade relativamente à Cívica à data em que saíram de Libreville (Cf. 2012, p. 278). É possível que se tivesse decantado essa animosidade, porquanto, para além a Cívica manter uma actuação geradora de clivagens e de alienação de apoio ao MLSTP, as rivalidades pessoais, conquanto inconfessáveis, não deixavam de pesar. Afinal, tal era um dado da própria luta política. Em Novembro, a Cívica queixara-se da corrosão causada por boatos que visavam isolá-la do povo, desacreditá-la junto do MLSTP, fazendo crer que ela rivalizaria ao invés de estar “subordinada às suas directivas”, e, por fim, criar a desconfiança e a desunião no seio da direcção do MLSTP, cf. mensagem da Cívica de 6 de Novembro in CRUZ 1975, p. 94-95.

⁶⁷ Dados os silêncios e as omissões em torno do MLSTP, é difícil ajustar os vários dados, alguns dos quais podem brotar da intriga, de falhas de memória, da respectiva reelaboração. É plausível que em Libreville se questionassem os objectivos da Cívica e que crescesse a dúvida sobre os efeitos de uma conduta que, não tendo mais sentido dadas as novas circunstâncias políticas, se afiguraria gratuita e socialmente corrosiva do apoio ao MLSTP. Como era próprio da época, tal não impediu o comunicado de suporte aos jovens da Cívica de 14 de Março.

A distância da terra e a comunhão do espírito revolucionário tinham por algum tempo laborado no sentido do menosprezo das eventuais queixas sobre os comportamentos disruptivos dos jovens. Mas perante a possibilidade de rupturas que faziam perigar a assunção do poder, Pinto da Costa prescindiu da Cívica. Ele e o MLSTP não estavam disposto a partilhar o poder e, menos ainda, a reconhecer protagonismo autónomo à Cívica, a sua frente avançada mas que, de resto, perdera razão de existir havia meses.

Almejando o poder, a partir de um dado momento Pinto da Costa terá visto vantagem em o alcançar, se não ungido pelas autoridades portuguesas, ao menos em colaboração com estas. De repente, o receio de que a acção da Cívica resultasse numa obstrução à chegada ao poder como que se ajustou ao apoio que o alto-comissário se terá mostrado disposto a dar ao MLSTP⁶⁸ para conter a Cívica e, finalmente, pôr termo ao clima de convulsão social. Pode supor-se que, mesmo que assim não tenha assim sido verbalizado, em troca da promoção da pacificação o alto-comissário terá asseverado a lealdade da tropa nativa ao MLSTP.

Acenara-se com a ameaça de intervenção da tropa nativa. Mas a tão só ideia de que os militares são-tomenses podiam perpetrar um golpe podia ser encarada por estes como um pretexto para os sujeitar a lances políticos. A posição da tropa nativa, se assim se pode falar para designar o conglomerado de possíveis alvites e sentimentos de oposição à Cívica, foi reactiva: depois de desconsiderada pelos revolucionários da Cívica, obedeceu, de acordo com os cânones militares, aos chefes.⁶⁹ A tropa nativa, chefiada pelo sargento Albertino Neto e às ordens do alto-comissário, opor-se-ia à Cívica. O facto inesperado para a Cívica foi, não o terem-no feito às ordens do alto-comissário, mas, sim, o de terem agido, se não concertadamente, pelo menos em benefício do MLSTP e de Pinto da Costa contra ela, Cívica.

Apesar de Filinto Costa Alegre ter descrito o conflito como decorrente da divergência em torno do destino a dar à tropa nativa (Cf. ALEGRE, 2010), a verdade é que esta questão se tornou um móbil para a decisão acerca de quem mandaria no país.

⁶⁸ Em congruência, aliás, com a sua primeira declaração aquando da assunção do cargo em Julho de 1974 (Cf. NASCIMENTO, 2016) e com o acordado em Argel.

⁶⁹ Cabe perguntar, porque é que as tropas se mantiveram coesas? Decerto por um lastro de obediência inculcado na sociedade são-tomense (que, é certo, foi ameaçado quer pela convulsão fora do quartel, pela politização apressada dos europeus), pela proximidade cultivada pelas chefias, pela expedita punição de um indiciado do roubo de armas e, ainda, pela percepção da incapacidade de responder a tropas ou a pressões chegadas de fora. Já assim sucedera em 1910, em 1931, voltaria a suceder em 1995 e em 2003.

Mesmo se os jovens não ambicionavam o poder, o MLSTP e Pinto da Costa não estavam dispostos a correr riscos e a receber um tecido social em disrupção por causa do que, de repente, se lhes afigurava serem desvarios gratuitos.

Neste contexto, a inconveniência da conduta da Cívica impôs-se como uma evidência. Logo, operou-se uma mudança radical na visão do Bureau Político – pondere-se, de Pinto da Costa – acerca dos préstimos dos jovens da Cívica e, em menos de um ápice, estes passaram de intocáveis a indesejados e o MLSTP passou do apoio expresso à recriminação da sua conduta.

Compreender o entendimento entre as autoridades portuguesas e o MLSTP implicará ter presente que aquelas e, também, parte dos ilhéus estariam fatigados de questiúnculas, tidas por gratuitas em razão do acordo de Argel. Deixando de lado a hipótese do eventual temor de a Cívica se apropriar do poder, importa sopesar a da conveniência de a transmissão do poder simbólico e político à figura máxima do MLSTP e de a iniciação do mando se fazerem em concertação com as autoridades portuguesas. Independentemente de outras incidências, foi nisso que se tornou o porque o comício de 19 de Março.

O comício encenado, os equívocos da Cívica e a guinada do MLSTP

Mesmo não sendo necessária, a caução popular para arredar a Cívica foi engendrada num comício,⁷⁰ tão ao jeito da época e, concretamente, das manifestações em que a Cívica alardeara mestria. O comício pode ter resultado quer de uma interpelação de Pires Veloso (Cf. SANTOS, 2006, II, p. 285) ou de uma tácita, ainda que calada, confluência de vontades deste e de Pinto da Costa. Uma vez na terra, Pinto da Costa terá percebido os sentimentos dos seus conhecidos de criação relativamente às diatribes da Cívica, na circunstância, bem mais difíceis de apoiar do que em Libreville.

No comício de 19 de Março,⁷¹ supostamente convocado para auscultação da população, os dirigentes da Cívica, ídolos da juventude, foram humilhados.⁷² Nesse dia,

⁷⁰ Segundo SEIBERT, no comício, Pinto da Costa e os seus aliados ganharam a simpatia da multidão que apupou os ministros Gastão Torres, Pedro Umbelina e os jovens cívicos (1995). Diferentemente, diria que o apoio popular, de expressão mais ou menos espontânea ou induzida pelo alto-comissário e seus aliados, já estava ganho, apenas aguardava pela ocasião azada para se mostrar.

⁷¹ Há anos, foi-me narrado papel da tropa nativa na exteriorização de sentimentos de apoio ao MLSTP e, por conseguinte, de repúdio à Cívica (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). Com a participação da tropa na preparação e no curso do comício, a Cívica foi confrontada com táticas de manipulação de eventos em que tinha alardeado uma superioridade indisputável.

Filinto Costa Alegre foi politicamente desfeito perante o povo, menos pela sua prestação do que pela orquestrada exteriorização dos sentimentos hostis à Cívica.

O desempenho da Cívica no intuito de conformar a população com os seus objectivos, anunciados como do MLSTP, começara tornar-se contraproducente por estar a afastar os ilhéus do MLSTP. Numa intervenção algo desconexa,⁷³ um popular acusou Gastão Torres de não fazer nada. Apesar de defendido por Alda e, mais frontalmente, por Filinto, que aludiu a panfletos surgidos nos dias anteriores nos quais se denegria Gastão Torres, parece notório que o discurso e o apontar de dedo estavam encomendados e destinados a pesar mais do que as palavras. A frontalidade de Filinto, que apodou de “verdadeiros reaccionários” os que gritavam “FORA” enquanto ele falava, serviu de pouco. O que ele identificava como “interesses do nosso povo” não significava nada para os presentes no comício. Gastão Torres aprofundou a clivagem, elencando os “reaccionários colonialistas, que ainda existem em S. Tomé” e os “muitos renegados naturais de S. Tomé, fascistas” como os que, juntos, o combatiam. Diferente, a intervenção final de Pinto da Costa acentuou o imperativo de não haver “divisões no seio do nosso povo”, porque “todo o povo [...] sem excepção nenhuma, deu a sua contribuição, directa ou indirectamente à luta de libertação do povo” e porque a desunião prejudicaria o futuro a construir.⁷⁴

Em jeito de hipótese, a elite da terra, e não só, ter-se-á sentido agredida com a intervenção dos jovens e com a luta, mormente contra a FPL. A elite tradicional – composta por ilhéus mais idosos, proprietários ou funcionários, com algum mundo e vivência bastante para não aderir a processos visionários – secundaria os esforços do alto-comissário para parar os desmandos e, acto contínuo, daria o seu apoio político e moral ao MLSTP contra os fautores da luta extemporânea e equivocada. A situação política pareceu tornar-se mais aceitável para os são-tomenses mais conservadores quando MLSTP e poder colonial demissionário acordaram em pôr termo aos extremismos da Cívica.

⁷² Por vezes, é difícil ter exacta noção do que se descreve ou exprime com exclamações plenas de conotação. Por mais de uma vez ouvi um são-tomense, na altura, jovem, dizer *vi o meu ídolo ser humilhado* no comício da praça Yon Gato (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). Não custa a perceber como a juventude que dominara as ruas nos meses precedentes ficou estupefacta e em choque ao ver menoscabado o líder dos meses anteriores.

⁷³ É possível que algumas de incongruências e desacertos se devam à tradução, porquanto o orador terá falado em forro santomé.

⁷⁴ Cf. *Comício realizado em 19/3/75, Às 16 Horas*, policopiado, colecção particular.

Afora a sua orquestração, a expressão dos sentimentos contra a Cívica no comício de 19 de Março deveu-se ao cansaço da discricionariedade e da imprevisibilidade revolucionária. O comício foi a ocasião azada para a população mostrar o agastamento com a Cívica, assim como o alinhamento com o alto-comissário e com o MLSTP, decerto também pela conveniência da adesão aos putativos mandantes do país. A provável maquinação de elementos da ex-FPL e da tropa nativa (Cf. GRAÇA, 2011, p.87), presente no comício à civil⁷⁵, atinente à orquestração da expressão dos sentimentos decorreu ao jeito dos eventos políticos da época. Segundo Albertino Neto, a tropa nativa às suas ordens abafou a voz de Gastão Torres e de Filinto (SANTO, 2012, I, p.417-418), mas tal requeria que esse propósito fosse concorde com o sentimento da população, que aproveitou o ensejo para se manifestar contra a Cívica. Acrescente-se, após meses de hegemonia da Cívica nas ruas e no governo, a possibilidade de os descontentes com a Cívica se manifestarem também dependia de uma leitura, intuitiva que fosse, acerca do lado para que pendia a balança do poder. Para a população, o comportamento da tropa nativa – que, como se dizia à época, estava irmanada com o povo – sinalizava de que lado estava o poder.

Logo na primeira intervenção, Pinto da Costa anunciou o fim da Cívica,⁷⁶ devendo os seus militantes integrar-se no MLSTP. As suas palavras foram aquelas por que, no respaldo da exaltação com a independência, muitos ansiariam: “nós devemos ultrapassar todos os ódios, porque não se pode construir com ódio. Só se pode construir um país na paz, na harmonia, na unidade”. Para merecer a colaboração do povo que, “consciente, de uma forma ordeira, lutou para a conquista da sua liberdade”, era preciso que os dirigentes conseguissem “meter a ordem dentro da nossa própria casa”.⁷⁷

Para Pinto da Costa – autojustificado pelo sentimento popular expresso no comício – tal resolução terá sido a forma de consolidar o seu poder e de garantir o percurso sem sobressaltos até à independência. O MLSTP tornava-se um partido de massas e a palavra direcção passava a ter um significado.⁷⁸

⁷⁵ Com a cautela requerida pela costumeira reelaboração das memórias e pelo enviesamento da descrição, acerca da actuação da tropa nativa, veja-se a narração de SANTO que se socorre do depoimento de Albertino Neto, cf. 2012: I, 415-417.

⁷⁶ Segundo VELOSO, no comício, o povo pediu a cabeça de Gastão Torres e de Pedro Umbelina, “tendo o dr. Pinto da Costa conseguido que esta pena fosse substituída pela sua expulsão de São Tomé e Príncipe” (Cf. 2008, p. 138).

⁷⁷ Cf. “Comício realizado em 19/3/75, Às 16 Horas”, policopiado, colecção particular.

⁷⁸ Por algum tempo, em São Tomé e Príncipe e, em especial, os da Cívica aludiram aos dirigentes do MLSTP com o que reforçavam a sua ascendência sobre a população. Com estas denominações criava-se a ilusão de um

Apesar do que continha de encenado, por estar em causa uma escolha esse comício de alguma forma deu vazão à expressão de uma vontade popular. Como veremos, essa vontade popular foi transformada na *unidade* (e, já após a independência, transformada em nova luta).

As perplexidades duram até hoje. É pouco crível uma mudança de juízo de Pinto da Costa feita no próprio comício em razão de eventuais queixas da população a respeito dos da Cívica, ali tornados inoportunos agitadores e que, podemos imaginar o discurso, retardavam o avanço do povo por criarem divisões entre os são-tomenses. Não parece arriscado o alvitre de que, na hora do comício, Pinto da Costa já se decidira pelo afrontamento da Cívica.

Foi no confronto com a realidade em São Tomé que se afirmou o MLSTP, legitimado pela governação portuguesa demissionária e pelo apoio popular a 19 de Março. De outra perspectiva, para o MLSTP, mais importante do que ter-se decidido por causa da tropa nativa, era ter-se decidido com o auxílio do alto-comissário.

Denotando a importância da obediência, a resolução pragmática do chefe foi seguida pela maioria, deixando Gastão Torres isolado e, certamente, os demais temerosos. Assim, o radicalismo, que em nome do povo animara à disposição de ameaçar reprimir, se necessário, os conterrâneos, acabava neutralizado pela acção concertada do alto-comissário e do MLSTP.

Para o infortúnio da Cívica, cujos elementos se podem queixar de ingratidão, de duplicidade e de instrumentalização do seu desempenho revolucionário pelo MLSTP, concorreram vários factores, com destaque para a conveniência que, a dado passo, o MLSTP vislumbrou no afastamento (e humilhação) dos *cívicos*, para o que o suporte das autoridades portuguesas oferecia uma oportunidade.

A força da tropa nativa passou do vituperado colonizador para o MLSTP, deixando os veementes nacionalistas da Cívica surpreendidos e com o sentimento de terem sido traídos pelo MLSTP. Na sequência deste evento, de 19 de Março, Gastão Torres acusou Pinto da Costa de o ter traído, asseverando nunca ter tido o mínimo comportamento desleal para com o MLSTP (Cf. TORRES, 2012).

movimento de massas e de um nacionalismo generalizado que, nestes termos, não existia. Poderemos falar em direcção a partir do momento em que se terão recrutado militantes nas ilhas em 1974-75. Nesta altura, os de Libreville poderiam com propriedade ser chamados de dirigentes. Até então, mais do que constituir a direcção de um partido, o grupo de Libreville era uma “direcção” apenas por beneficiar da credenciação internacional, mormente da OUA.

Para os *cívicos*, a reviravolta na opinião do MLSTP era desconcertante.⁷⁹ Num ápice, a Cívica passou de proclamadora da *boa nova* da independência e de lutadora insigne contra o colonialismo a grupo a apelar do processo de transição. Afinal, os jovens da Cívica não conheciam os dirigentes em prol dos quais tinham lutado⁸⁰ e pelos quais acabaram como que proscritos pela sua responsabilidade por uma luta extemporânea e divisora do povo são-tomense. Nessa mudança inimaginável radicaria uma das razões para o medo de represálias.

Na verdade, gerou-se um ambiente extremamente tenso. A aversão aos da Cívica e, em particular, contra Gastão Torres foi difundida em panfletos, prenes de ódio e de raiva, onde se o apodava de fascista. Num panfleto, uma “Comissão dos civis e militares para defesa do bem-estar do povo de S. Tomé e Príncipe” pedia a morte de Gastão Torres, Pedro Umbelina e seus lacaios da Cívica, todos acusados de quererem a todo o custo derrubar o MLSTP para tomarem o poder e “massacrarem o povo trabalhador como o governo colonial fazia – PIDE/DGS, e como Dom Massias vem fazendo em Fernando Pó”. Noutro panfleto, em que se apelava ao estreitamento da aliança entre o povo, Caçadores 7 e Polícia contra o comunismo, a ditadura, o fascismo e o imperialismo, Gastão Torres e Pedro Umbelina eram qualificados de vendidos e de inimigos do povo são-tomense.⁸¹

Na sequência de obscuros incidentes e por conta de risíveis imputações de uma tentativa de assassinato do primeiro-ministro, ainda se fizeram detenções por algumas horas, uma delas do jovem ministro Pedro Umbelina. Essas detenções tiveram por efeito mostrar que o ambiente se tornara insuportável para os jovens conotados com a Cívica.

Como sucedera em Agosto de 1974 com a dissolução e integração da FPL no MLSTP ou, mais concretamente, na Cívica, era a vez de esta ser dissolvida e integrada no MLSTP, o que, para os jovens, significava o fim de qualquer iniciativa, trocada pela

⁷⁹ Na verdade, nem sequer se poderá dizer que os jovens da Cívica não tinham atentado nas palavras conciliatórias de Pinto da Costa para com a tropa nativa, porquanto as teriam interpretado como rituais, convenientes e dúplices, como era timbre das palavras dessa época. Afinal, não tinham o apoio do MLSTP no tocante à dissolução da tropa nativa?

⁸⁰ Ainda que hoje se negue um clima de perseguição aos jovens, o depoimento de José Fret (*in* documentário *São Tomé e Príncipe. Retalhos...* 2015) corroboram o fundado do medo que se apossou dos jovens cívicos que debandaram da ilha. O testemunho de José Fret indicia, não necessariamente as consequências advindas da permanência na terra, mas o grau de animosidade entre o MLSTP e a Cívica.

⁸¹ Panfleto *Aos naturais de São Tomé e Príncipe chegou a hora da verdade e só verdade*, s. d., policopiado, cf. colecção particular. Noutro panfleto, da Comissão dos civis e militares para a defesa do bem-estar do povo de S. Tomé e Príncipe, acrescentavam-se vários nomes à lista dos *cívicos*.

estrita obediência aos do MLSTP. Mas não só. A violência, que tivera como alvo os colonos, e também intimidara ilhéus, passou a visar os jovens revolucionários.

Ainda que contido pela proibição de actividades políticas – proibição atinente a estabilizar a situação social, a conter uma deriva revanchista eventualmente traumática e, ainda, a sedimentar a autoridade do secretário-geral do MLSTP –, despoletara-se um clima de perseguição aos *cívicos*, apodados de inimigos do povo, na altura uma acusação grave. Em consequência, a muitos dos *cívicos* nem sequer foi facultado assistir na sua terra à proclamação da independência, pela qual tinham feito propaganda⁸² e, no seu entendimento, se tinham batido.

Pires Veloso e Pinto da Costa concertaram-se para cortar cerce qualquer iniciativa aos *cívicos*, tendo o alto-comissário interditado o acesso à rádio ao ministro da comunicação social, Pedro Umbelina. A 26 de Março, Pinto da Costa ainda fez um comício na Trindade, coração nativo da ilha, decerto para narrar a sua versão dos acontecimentos. Pinto da Costa terá desaconselhado uma manifestação apazada para 29 contra Gastão Torres e Pedro Umbelina,⁸³ que foram demitidos no dia em que deixaram a ilha, no que seriam imitados por vários jovens da Cívica. Como se disse, uma vez arredada a Cívica, Pinto da Costa quis refrear o bulício político e conter a onda revanchista, que, embora improvavelmente, se podia estender ao MLSTP. A preocupação com a consolidação do poder passava pela acalmção dos ânimos depois da turbulência causada pelas acções da dita luta.

Ainda que a intenção não devesse ser questionar a liderança do MLSTP, a dado passo, o MLSTP e, sobretudo, Pinto da Costa terão pressentido a ameaça resultante da permanente convulsão do exíguo meio insular. Por outras palavras, as preocupações das autoridades portuguesas com a acalmia política e social passaram a ser preocupações do MLSTP. Pinto da Costa evoluiu para a concertação com aquelas autoridades, perfilhando o conservadorismo preciso para escorar o seu poder.

Após ter visto com simpatia o crescendo da convulsão social, uma vez na ilha, o intuito do MLSTP e de Pinto da Costa passou a ser o de acautelar e conter as mudanças sociais. Noutros termos, assegurada a independência, Pinto da Costa terá desejado

⁸² Após uma expiação de anos, alguns militantes da Cívica regressaram para posições de destaque político, chegando a governantes ainda no regime de partido único. Outros, em menor número, retornaram após a liberalização política, também para um curto tirocínio político. Filinto Costa Alegre manteve um protagonismo política e socialmente crítico, de algum modo congruente com as suas posições em 1974-1975.

⁸³ A 29 de Março, esperava-se que o Bureau Político do MLSTP reunisse e demitisse os ministros que embarcaram para Lisboa.

precaver reptos imprevistos ao seu mando. O seu interesse no termo da conflitualidade casava com a costumeira pacatez, quebrada pela Cívica, e com o desejo de previsibilidade de são-tomenses, algo temerosos do ímpeto voluntarista da Cívica. Muitos ilhéus desejavam que a mudança de soberania não lhes afectasse a continuidade do modo de vida e do relacionamento social.

Ao dar sinais de querer tumultuar os dias até à independência, a Cívica laborou num erro, a saber, o de inferir que da violência insana do colonialismo decorria um conflito irreparável e, logo, uma animosidade sem freio. Ora, tal inferência, tributária da ideologia, revelava pouca perspicácia, menos ainda numa sociedade pautada por elevada interacção pessoal e, em especial, numa conjuntura em que o alto-comissário e demais autoridades não eram mais o colono.

O desenlace do conflito em torno da tropa nativa resultou na união implícita, digamo-lo assim, de Pinto da Costa pelas autoridades portuguesas, menos preocupadas com as possibilidades de decisão política dos são-tomenses relativamente ao seu futuro do que em evitar confrontos no final da administração do território. Para deter as convulsões alimentadas pela Cívica, por várias vezes Pires Veloso apelara em vão à intervenção ao MLSTP. Em Março de 1975, conseguiu a colaboração de Pinto da Costa, mas tal significava reiterar a transmissão de testemunho ao MLSTP, pelo que aos são-tomenses ficava definitivamente vedada outra escolha política. Estes desenvolvimentos tornaram definitivamente as eleições de 7 de Julho numa mera formalidade. De resto, a margem de escolha já era reduzidíssima, para não dizer nula, desde o acordo de Argel.

O acordo e a colaboração do MLSTP com as autoridades portuguesas impediram o renascimento de sectores mais moderados e, no tocante à independência, mais gradualistas, da mesma forma que o MLSTP também descartava os incómodos da acção dos mais revolucionários. Em maior grau do que alguma vez se reconhecerá, Pinto da Costa e o MLSTP tiveram na colaboração de Pires Veloso um suporte crucial, na circunstância, contra a Cívica pouco antes acarinhada pelo MLSTP.

Os contornos marxistas do MLSTP não encrespam as autoridades portuguesas. Algumas destas não eram marxistas, mas o futuro do arquipélago já não lhes dizia respeito. Se o futuro país caminhava para o socialismo de contornos autoritários, isso era de somenos para os portugueses que, descrentes de tal ideário, apostavam em lograr uma transferência de poder sem violências. Menos ainda do que antes da assinatura do acordo de Argel, as autoridades portuguesas se disporiam a brigar pelo que deixara de ter

qualquer valor.⁸⁴ E todavia, para além da conjuntura internacional, na qual se compreendia a disposição demissionária das autoridades coloniais, era a própria evolução em Portugal, que ajudava a credibilizar o socialismo. A par de outras condições locais, tal ajudou à aceitação de projecto de sociedade socialista, do qual muitos ilhéus desconfiariam, mas que, ainda assim, vingou.

A par da ideia da valia da colaboração com as autoridades portuguesas como contributo para a legitimação dos independentistas, espécie de unção a que Pinto da Costa se quisera inicialmente furta, junte-se a de que o controlo político dos impactos do episódio de Março terá constituído um momento da génese das relações de poder no pós-independência. Decerto intuindo as vantagens daí advenientes, Pinto da Costa não enjeitou o suporte de Pires Veloso, mesmo se para isso contradisse as cumplicidades e lealdades entretecidas no seio do MLSTP. Noutros termos, por fim, no MLSTP consentia-se em que a transmissão de poderes e a credenciação pela autoridade colonial eram a melhor forma de obter o consentimento dos compatriotas.

De volta à terra – de que, repita-se, os do MLSTP se tinham apartado e que não reconheceriam em virtude das mudanças ali operadas durante o seu exílio – no MLSTP vingou a percepção de que o acesso ao poder se faria com tão mais tranquilidade quanto maior fosse, aos olhos dos concidadãos, a legitimidade dessa tomada de poder. Esta legitimidade passou a depender não só da concertação com o alto-comissário, mas também da promessa tácita de que o poder seria exercido de acordo com padrões moralmente aceitáveis – isto é, os costumados – para uma população que, não obstante a exaltação com a independência vindoura, era conservadora. Ora, não existia melhor prova de ponderação dos putativos governantes do que a concertação com o alto-comissário contra os desmandos dos agitadores. Para o grosso dos ilhéus, importava que, no caminho para a vindoura independência, ao pressentido socialismo não se somassem a anomia e a desorganização social. Justamente, a alteração da posição de Pinto da Costa face à questão da tropa nativa e, correlatamente, à Cívica significava um estender

⁸⁴ Almeida Santos terá antevisto o imparável desgaste da autoridade portuguesa se porventura se enveredasse pela defesa de uma outra solução que não a independência (2006, II, p. 278). Mas não podia deixar de se ter presente a existência de diferentes desígnios políticos; assim, como conciliar tal dado com o quase imperativo reconhecimento do MLSTP – que não queria ser reconhecido pelo povo, antes se fazia representar por interpostas e cada vez mais detestadas pessoas – antes da independência, tal a questão que a aceleração da política e da história resolveu pelos portugueses.

de mão do MLSTP às camadas intermédias da sociedade são-tomense⁸⁵ sem as quais, se não se alienavam, pelo menos se fragilizavam os projectos independentistas.

Para o MLSTP, o respeito pela hierarquia e a obediência à autoridade decantados no regime colonial eram úteis. Tal terá sido uma razão pela qual o líder do MLSTP se dispôs a arredar a Cívica, que lhe abria o caminho mas que insistia em introduzir entropia na sociedade são-tomense, a ponto de pôr em causa uma meta pela qual nem havia que lutar por já estar decidida. E se uma réstia de dúvidas houvesse quanto à independência, a atitude colaboradora de Pires Veloso dissipava-a inequivocamente.

Tal significava abdicar da luta que os jovens tinham levado para o arquipélago, não contra o colonialismo, antes conducente à transformação social, supostamente assente numa consciencialização política transformadora da natureza humana. Todavia, na prática, significava uma coacção à mudança de modos de vida contra os seus conterrâneos mais velhos e com algumas posses económicas. Com a supremacia do MLSTP, até à independência, o projecto de transformação social inerente a uma verdadeira independência despiu-se do voluntarismo e abdicou da coacção sobre os modos de vida.

A agitação política e social levada para as ilhas em 1974 fez com que, de permeio com a euforia, o receio tivesse feito parte da adesão e do consentimento dos ilhéus quanto à independência sob a batuta do MLSTP. Mais do que a falta de hábitos democráticos no colonialismo, foi essa dinâmica que cerceou a escolha do rumo do arquipélago, que levou à imposição da via socialista. Em Março de 1975, o objectivo de travar o radicalismo da Cívica, também um desígnio do alto-comissário, levou parte da elite conservadora são-tomense a juntar-se ao MLSTP e, sem escolha, a abrir as portas a um poder irrestrito do MLSTP e de Pinto da Costa.

A imperiosa *unidade do povo* até à independência

O MSLTP queria ser reconhecido como único movimento de libertação por Portugal e nas ilhas, onde, todavia, era desconhecido da maioria dos habitantes. Certamente, um dos elementos do cálculo político era a pressentida aversão da maioria dos ilhéus ao pendor socialista ou comunizante do MLSTP, o qual teria de passar

⁸⁵ A 9 de Abril de 1975, Pinto da Costa denunciou da ofensiva da Cívica, supostamente em nome dos trabalhadores, contra os funcionários, que Pinto da Costa apresentou como igualmente espoliados (COSTA 1978, I, p. 39). Tal fora uma posição ditada pelo voluntarismo ideológico que o MLSTP abandonou após o apoio de Pires Veloso.

encoberto pelo lema da desforra da dominação racial,⁸⁶ para o que a violência e a luta tinham utilidade por radicalizar as posições. Daí o apoio inicial à acção da Cívica.

O MLSTP recusou entrar em São Tomé e Príncipe, não por receio de um qualquer contragolpe reacionário, mas para se escusar ao confronto democrático. Quanto menos tempo Pinto da Costa estivesse em São Tomé antes da independência, menos teria de se mover num clima de liberdade, menos hipóteses teria de ser confrontado quanto aos seus desígnios políticos, à fraqueza dos seus instrumentos – uma ideologia rarefeita⁸⁷ e uma crença voluntarista – de futura condução política e, ainda, aos contornos da sociedade a construir – afora os programas mínimo e máximo,⁸⁸ o MLSTP não teria mais a propor. Esse confronto derivaria não apenas da eventual interpelação dos seus conterrâneos, alguns dos quais o olhavam sobranceiramente, mas também das mudanças ocorridas no final do colonialismo, que tornavam a sociedade são-tomense diversa da caricaturada pelo ideário anti-colonial. Por isto, e também para acentuar a dimensão salvífica, a sua chegada ao arquipélago sempre estivera prevista para a ocasião da independência.

Para além da promessa redentora e salvífica do desígnio independentista, que colocava o país em compasso com o mundo, não se descarte a cristalização do medo no período de transição. Após o 25 de Abril, foi-se decantando a intuição das consequências do que inopinadamente se desencadeara para a larga maioria da população, até então arredada de qualquer consciencialização política, para além da dos receios incutidos pela propaganda colonial, que descrevia as ilhas como um excepcional oásis de paz, contrastante com as violências no continente.

Num certo sentido, por causa da importação da “luta”, criara-se um outro estado de excepção (equiparável à situação colonial) que privava os indivíduos – reduzidos ao *povo* – da possibilidade de escolher. Por isso, malgrado o derrube de uma ditadura, os são-tomenses viam-se de repente a viver num clima político e social em que o medo

⁸⁶ Tal como na altura, hoje pode ser dito que a luta não visava os brancos ou a *raça* branca. Pode ser dito que a agressividade, meramente instrumental, era um estratagema para demolir o colonialismo (por exemplo, SANTO 2012, I, p. 321). Porém, na circunstância a “luta” não era só contra os brancos, desprotegidos pela quebra da protecção colonial. Era por ser (e aparentar ser) contra esses brancos (que não necessariamente contra o governador) que os lemas nacionalistas pegaram. De alguma forma, o nacionalismo germinava neste sentimento que, oriundo da identificação com a terra e da irmandade racial, se manifestava na acrimónia contra os brancos. A supracitada distinção se existia na mente dos líderes não existia no comum dos ilhéus que a seu mando hegemonizaram as ruas.

⁸⁷ Gastão Torres diria que, dada a distância do território, a direcção nunca escrevera textos políticos reveladores da sua linha ideológica (Cf. *Relatório dos últimos acontecimentos...*, 9 de Abril de 1975, p.1).

⁸⁸ Veja-se *Semana Ilustrada* nº382, 16 de Outubro de 1974, p.9; também in CRUZ 1975: 79-82.

levava muitos a abraçar a nova causa política do MLSTP, cujas consequências mal percebidas e indesejadas, conquanto irremediáveis, muitos nem nomeariam. Sem poder lutar contra elas, *nomear* tais consequências equivaleria a uma forma de aceitação, à sua legitimação. Naquela conjuntura, concordar com a sua inevitabilidade era igualmente legitimá-las.

Se o próprio colono desistira de uma causa que, anos a fio, proclamara ser perene e entregara o poder aos do MLSTP, era mais avisado consentir no poder de quem lhe sucedia. Os são-tomenses foram-se acomodando e, em nome da independência, acabaram unidos em torno de uma liderança que, ademais, parecia prudente e conciliatória por comparação com as propostas da Cívica.

Ao acenar com a “unidade”, materializada na reprovação dos excessos da Cívica, o MLSTP apresentou-se como moderado e obteve o acatamento da população. Noutros termos, Pinto da Costa preteriu a consciencialização política dos conterrâneos – a qual, em tese, poderia laborar contra o MLSTP – em favor da acomodação ao seu mando. Tal não se distinguia radicalmente do propósito da Cívica, só que o MLSTP trocava a “luta” pela “unidade”, com o que aparentava aceitar as diferenças de modos de ser e de vida dos ilhéus.

De permeio com o refluxo da agitação política e social, o bordão da *unidade do povo*, na qual todos tinham lugar, direitos e, sobretudo, deveres tornar-se-ia numa restrição das vontades dos são-tomenses e numa alavanca de acúmulo de poder de Pinto da Costa, paulatinamente imposto aos seus conterrâneos.

Sinal dos tempos de liberdade efémera e rala, publicaram-se jornais de cariz paternalista.⁸⁹ De feição consensual e paternalista, a imprensa materializava-se num jornal redigido em nome dos prisioneiros, *O Mórro*, topónimo do local da prisão, e num jornal da Comissão Coordenadora do MFA, denominado *A Força do Povo*. Com a derrota da FPL e a ascensão da Cívica em Agosto de 1974, deixara de existir espaço para qualquer paternalismo de europeus, mesmo de esquerda. Só após a crise de Março de 1975 voltaria a haver espaço para um exercício paternalista, no caso, do MFA, reflectido, por exemplo, na publicação do jornal. Na altura, o paternalismo já contava menos do

⁸⁹ Os dois jornais – *Povo Kódá-Ô!*, órgão da FPL, e *Presença de S. Tomé e Príncipe*, órgão da Cívica, mais órgãos do que jornais – que advogavam posições políticas distintas tinham-se calado, também por a FPL ter cedido ao MLSTP; ver NASCIMENTO, 2016b.

que o unanimismo forjado em torno do MLSTP e, mais concretamente, de Pinto da Costa.

Reafirmada a autoridade do MLSTP em Março de 1975, abriu-se caminho a uma consulta popular ou a um simulacro de eleições de uma assembleia constituinte, à data, 7 de Julho, encaradas como a expressão da genuína vontade popular, conquanto os candidatos fossem todos do MLSTP. Sem embargo da mais que provável vitória do MLSTP em hipotéticas eleições – ironicamente, talvez também por ter posto cobro ao desvario da Cívica –, a realização de tal consulta popular equivaleu a uma encenação porquanto faltou a liberdade necessária para discordar, mormente, do projecto socialista.

Em Março de 1975, muitos são-tomenses terão julgado ter-se livrado dos excessos dos *cívicos* e dos atentados à sua maneira de ser. Porém, o rescaldo dos eventos de Março não foi aquele que muitos imaginaram. Muitos ilhéus não terão percebido que o MLSTP faria um caminho semelhante ao da Cívica, outros não terão querido acreditar no MLSTP mas viam-se sem alternativa, também porque, para as autoridades portuguesas demissionárias, o destino alheio deixara de importar. Depois da independência chegaria a “luta” pela revolução contra o neo-imperialismo e o neocolonialismo, isto é, de novo contra eles e contra o seu modo de vida.⁹⁰

Afinal, a politização (presumidamente) inoculada pela acção propagandística da Cívica pareceu revelar-se ainda mais superficial do que o verniz alegadamente estaladiço do colonialismo. A consciencialização política serviu, não para um ganho de arbítrio pessoal sobre as suas vidas, mas apenas para os são-tomenses intuírem o condicionalismo que impedia sobre as vidas pessoais, mais acentuado no pós-independência do que no ocaso do colonialismo. O acatamento da autoridade, instilado durante décadas, passou quase intocada do colonialismo para o pós-independência.

⁹⁰ Esta consequência parece-me bem mais relevante do que olhar a conflitualidade política de 1990 como a seqüela dos eventos de 1975 (SEIBERT, 2001, p. 114). Alguns dos opositores a Pinto da Costa em 1990 estiveram com ele no regime de partido único e com ele contra a Cívica. E alguns da Cívica regressaram poucos anos depois para assumir cargos de responsabilidade no regime de partido único. Entre as excepções conta-se Guadalupe de Ceita, que tendo prescindido do poder por lealdade aos *cívicos*, diz ter sido por estes preterido em 1990. A sua lealdade não terá sido correspondida pela lisura de processos daqueles por quem se sacrificou. Além disso, entre os democratas de 1990 estavam alguns dos mais extremistas de 1975. O permanente rearranjo de facção e a volatilidade dos móveis políticos diminui a acuidade de leituras causais como a acima enunciada.

A anunciada deriva autoritária do pós-independência

Após o 25 de Abril, a ideia de independência grassou pela ilha de São Tomé e, conquanto paulatinamente se tivesse tornado num anseio generalizado, a metamorfose da independência num regime monopartidário socialista dividiria os são-tomenses, obrigados pelas vicissitudes da história a aclamar um sistema que pouco antes teriam exprobrado e hoje queda esquecido.

Sob promessa de um futuro bem-estar colectivo, o MSLTP arregimentou os cidadãos para uma nova “luta” contra o neo-colonialismo e neo-imperialismo (também contra os próprios são-tomenses), a qual, atento o lastro da indignidade do colonialismo, parecia justificada. A partir da quase simultaneidade das independências dos *Cinco*, insinuava-se que a unidade dos povos africanos tinha derrotado o colonizador. Logo, propunha-se a unidade (implicitamente baseada no recorte racial) na luta para derrotar os remanescentes neo-colonialismo e neo-imperialismo, não menos ultrajantes do que o colonialismo, uma luta que, irmanando os povos africanos, justificaria não só a privação das liberdades⁹¹ como também as purgas e as perseguições no MLSTP.

O conflito entre Cívica e MLSTP como que antecipou para o período de transição conflitos algo semelhantes ocorridos em Maio de 1977 em Angola e, em Cabo Verde, entre 1977 e 1979, entre os dirigentes históricos ou antigos combatentes e jovens estudantes que, politizados em Portugal e acusados de trotskistas ou de esquerdismos, se criam empenhados no aprofundamento do processo revolucionários.⁹² Mas em São Tomé não se seguiu a pacificação.

A turbulência causada pela Cívica deveria ter levado os dirigentes são-tomenses, mormente Pinto da Costa, a ponderar os inconvenientes de uma condução política ao arrepio do conservadorismo de parte substancial dos ilhéus. Porém, uma vez no poder, pretendendo-se uma vanguarda, os dirigentes do MLSTP esqueceram-se de precaver este

⁹¹ Os dirigentes dos *Cinco* pensavam o marxismo como um modelo alternativo que supostamente traria maior justiça ainda que à custa de menor liberdade (a este respeito, veja-se GELLNER, 1995, p. 47), transacção a que, presumiriam eles, os seus *povos* estariam dispostos a aceitar de bom grado. Na verdade, para fracções significativas das populações, tal troca era inconcebível, não só por não a aceitarem, como por não anteciparem claramente o impacto nas suas vidas. Mas a anuência das populações era presumida do sentimento anti-colonial e da luta de libertação nacional.

⁹² (LESOURD, 1995, p. 144-145). Estes jovens, entrementes saídos de Cabo Verde, reaparecerão ligados ao MpD aquando da abertura à democracia em Cabo Verde (*idem*, p. 145). Do mesmo modo, em São Tomé e Príncipe, os da Cívica que não voltaram durante o regime de partido único, vieram a formar o Partido da Convergência Democrática. MpD e PCD derrotaram os dois arquipélagos os partidos históricos da independência e do partido único nas eleições ocorridas em 1991 nos dois países.

fosso.⁹³ Desvalorizaram como circunstancial ou alienado o conservadorismo da população que pensavam poder alterar por força da doutrinação ideológica. E a população, não mudando por força da barragem ideológica, poderia porventura mudar por via do medo inculcado pela coacção em nome do *povo* e pela repressão dos apodados de reaccionários.

Num clima de intriga e de paranóia securitária, viria o acerto de contas com elementos da elite conservadora, da ex-FPL, graças a quem o comício de 19 de Março corra de feição para Pinto da Costa. Pode arriscar dizer-se que, quando não tenha sido por rivalidades esconsas, Albertino Neto, sargento da tropa nativa em 1975, e outros pagaram caro por serem associados à FPL ou, ainda, pelo protagonismo na desfeita à Cívica em 1975, que, reafirmemo-lo, não teria sido possível sem o fosso criado pelo vanguardismo da sua actuação. Em 1978, Albertino Neto, indivíduo a afastar, quiçá por via do seu prestígio, seria preso depois de regressar de um tirocínio militar em Cuba, incriminado ao tempo em que Daniel Daio, um ex-cívico,⁹⁴ tutelava a pasta da Segurança. Daniel Daio, que começara por ser dirigente da Cívica e passara a dirigir a polícia ainda no período de transição, tornou-se o homem da segurança que, por motivação própria ou por indução de Pinto da Costa⁹⁵ – visou Albertino Neto. Este e Maria do Carmo, esposa e ex-dirigente da extinta FPL, foram falsamente incriminados.

O regime de partido único conheceu uma deriva autoritária – mais do que premeditada, com o seu quê de mimético e certamente também induzida pela tentativa quer de acúmulo de poder pessoal, quer de contenção das expectativas e as demandas sociais –, cuja agressividade só foi contida pela proximidade familiar, pela contiguidade forçada e, ainda, pelas vozes internacionais em defesa dos réus julgados sem possibilidade de defesa como era timbre dos ambientes revolucionários. Comparadas

⁹³ Os propósitos dos nacionalistas em Libreville e os dos ilhéus, que a retórica revolucionária transformava em massas, não coincidiam. Aqueles falavam em nome das massas, presumindo que estas só não subscreveriam os seus ditames da vanguarda por estarem alienadas. A realidade era bem diversa.

⁹⁴ Nascido em 1947, Daniel Daio servira no exército colonial em Angola (cf. SEIBERT, 1995). Fez parte da Cívica, mas não foi mencionado nos panfletos publicados por ocasião dos eventos de Março de 1975. Ao tempo desempenhava as funções de comandante da Polícia. Após a independência, na qualidade de ministro veio a estar ligado à prisão dos que ajudaram a derrotar a Cívica em 1975.

⁹⁵ É pouco plausível que Daniel Daio pudesse ter tomado a iniciativa da prisão de Albertino Neto sem o assentimento, implícito que fosse, de Pinto da Costa. Já no domínio da especulação, é possível aventar que Pinto da Costa tenha deixado Daniel Daio a braços com o ônus de uma imputação de tentativa de golpe de Estado provavelmente tida como falsa não obstante a sentença de um tribunal revolucionário. A título de hipótese, aventaria que, tanto por razões de personalidade quanto pelo sentido do cumprimento do dever inculcado pelo tirocínio militar, Albertino Neto terá recusado a aliciação para um golpe quando os caminhos da dita revolução se viravam contra um cada vez maior número de são-tomenses.

com a violência do pós-independência, as diatribes da Cívica terão então parecido traquinices. E enquanto Albertino Neto e outros jaziam na cadeia, donde saíam para o exílio, os ex-cívicos regressavam para ocupar postos de responsabilidade política no regime de partido único.

Até hoje, elementos da Cívica peroram acerca de expedientes malévolos a 19 de Março, quando perderam na rua, por o povo, embora equivocado quanto ao que viria, apoiar Pinto da Costa e por já não a tolerar mais. Atendo-se ao seu propósito maior, a independência do arquipélago, aos elementos da Cívica resta o alarde da pureza de intenções e a mistificação da sua actuação, que, primeiro, alega que todos participavam dos objectivos da Cívica e que, segundo, não pondera os distúrbios na vida dos conterrâneos que não queriam o que eles, *cívicos*, propunham e, se necessário, coagiam a aceitar.

A farsa, outras farsas e o conhecimento histórico

Hoje, os alegados motivos da dissensão de Março de 1975 parecem pueris para fundar uma clivagem entre os nacionalistas de uma dimensão tal que obrigasse vários deles a deixar o país. Porém, ao tempo, a disputa de poder não era tão irrelevante quanto as visões instrumentais aduzidas a propósito da tropa nativa.

Se cotejados com o estendal de violências em África, sucedâneas às independências ou através das quais se resolveu a luta de poder entre nacionalistas, os factos de Março de 1975 parecem de importância menor. Em todo o caso, a memória, pouco aclarada, de uma injustiça perdurou e, a propósito desses factos, aludiu-se a uma “farsa” (FERNANDES, s.d., p.49), tipificação menos importante como juízo do que se passou do que como sintoma de ressentimentos e, mais relevante, dos empecilhos à produção historiográfica local sobre as ilhas. Assim, a caracterização deste conflito permanece envolta em sombras, persistindo a dificuldade de falar dele. Daí, porventura, a vantagem em usar um termo supostamente indisputável ou irrefutável, “farsa”, cuja carga adjectivante não esclarece nada acerca das ocorrências.

Pergunte-se, pois, em que consistiu a “farsa” e quem foram os farsantes? Ora, e não necessariamente por causa dos sentimentos de apego à terra e de irmandade racial, talvez a “farsa” comece na contumaz dificuldade de nomear os farsantes, com quem, aliás, se interagiu e forçosamente se interage no dia-a-dia.

No caso, os farsantes não podem ter sido as autoridades coloniais demissionárias – na circunstância, Pires Veloso –, pois que destas não se podia senão esperar que se portassem como colonialistas. Numa visão militante e arraigadamente anti-colonial, as autoridades portuguesas, avessas às reivindicações da Cívica, eram certamente opressoras mas não podem ser farsantes. E, mesmo que a “farsa” só possa ter sido a intromissão dos colonialistas, ainda assim, deveu-se à convivência do MLSTP e de Pinto da Costa.

Sublinhe-se, a farsa não se resumirá aos eventos de Março de 1975, quando parte do conflito teve lugar na rua, o palco favorito dos revolucionários. Após a independência, a farsa, se assim se pode dizer teve réplicas bem mais dramáticas, mormente com a prisão de pessoas inocentes sentenciadas como culpadas em julgamentos *ad hoc* de que provavelmente, se não certamente, transparecia a noção (calada) de serem farsas de cujas consequências danosas não havia apelo.

Actualmente, a farsa será o esquecimento das pessoas que, peões de um jogo que transcendia a todos, acabaram injustamente na prisão. Num certo sentido, a incapacidade de sopesar eventos passados marca em muito o discurso memorialista, a narrativa historiográfica e o saber social são-tomenses respeitantes ao passado recente do arquipélago, abrindo espaço para o uso equivocado de palavras sonantes mas descoladas e, mais, mistificadoras da realidade. Por exemplo, por que razão os adeptos de outra solução política seriam menos são-tomenses do que os da Cívica e do MLSTP? Parte destas perguntas são irrespondíveis, mas sem as enunciar adere-se a narrativas enviesadas dos eventos de 1974-1975.

A história – que, supor-se-ia, não devia ser coisa pouca para as pessoas ou para o conclamado povo de São Tomé e Príncipe – como que queda refém das palavras dos poderosos ou influentes, mesmo quando estas são claramente irrazoáveis e contraditórias ou vazias e diletantes. Face a rupturas e a mudanças abissais, que alteram a cada dia aspectos da vida e da identidade são-tomense, o conhecimento histórico pode ter-se tornado irrelevante. Mas, irrelevante ou não, cabe perguntar até quando em São Tomé e Príncipe esse conhecimento histórico permanecerá refém de palavras e de visões que o sonegam.

A ficarmos reféns das leituras de protagonistas e a não nos interrogarmos, por exemplo, acerca do que o arraigamento, ou não, dos sentimentos nacionalistas, não perceberemos o que se passou em São Tomé em 1974-1975. Sem embargo da existência

de uma identidade própria fincada na pertença à terra e adubada por décadas de segregação racial, o que se passou em 1974-1975 foi uma condução política onde as promessas de amanhãs ridentes se mesclavam com a instilação do receio e com o hábito do acatamento da autoridade, tal o cadinho no regime monopartidário do pós-independência.

Referências

- ALEGRE, Filinto Costa. “Associação Cívica – Movimento de Libertação”. 2010. In: <http://www.telanon.info/suplemento/entrevista/2010/07/12/4740/associacao-civica-movimento-de-libertacao/>, acesso: 7 de Abril de 2014
- BONDOSO, António. **Escravos do paraíso** - Vivências de S. Tomé e Príncipe. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.
- CEITA, João Guadalupe Viegas de. **Memórias e sonhos perdidos de um combatente pela libertação e progresso de São Tomé e Príncipe**. São Tomé: author's own edition, 2012.
- COSTA, Manuel Pinto da. **Discursos**. 2 volumes. 1978.
- CRUZ, Carlos Benigno. **S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência**. Lisboa, Moraes Editores, 1975.
- FERNANDES, Manuel Vaz Afonso. **Os imbróglis das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991**. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, s.d.
- GELLNER, Ernst. **As condições da liberdade**. Lisboa, Gradiva, 1995.
- GRAÇA, Carlos. **Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis**. Lisboa, UNEAS, 2011.
- LABAN, Michel. **São Tomé e Príncipe**. Encontro com escritores. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.
- LESOURD, Michel. **État et société aux îles du Cap-Vert**. Paris: Editions Karthala, 1995.
- MACQUEEN, Norrie. **A descolonização da África portuguesa**. A revolução metropolitana e a dissolução do Império. Editorial Inquérito, 1998.
- MACAMO, Elísio. Incerteza e identidade na descrição da realidade social. In: SILVA, Teresa Cruz e; ARAÚJO, Manuel G. Mendes; CARDOSO, Carlos (orgs.). **Lusofonia em África**. História, democracia e integração africana. Dakar: CODESRIA, 2005. p.67-76.
- NASCIMENTO, Augusto. Os dividendos do autoritarismo colonial: o impacto e a manipulação do legado colonial na configuração do pós-independência em São Tomé e Príncipe. In: PIMENTEL, Irene; REZOLA, Maria Inácia (orgs.). **Democracia, ditadura. Memória e justiça política**. Lisboa: Tinta-da-China, 2013. p.259-282

_____. “A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe”. In: ROSAS, Fernando, MACHAQUEIRO, M. e OLIVEIRA, P. Aires (coord.). **O Adeus ao Império**. Nova Vega, 2015. p.175-190.

_____. Alda do Espírito Santo: a distinção social, a militância política e a tristeza. **Revista Africana Studia**. n. 24. 2016a.

_____. “O 25 de Abril, a efêmera liberdade e a precocidade do medo em São Tomé e Príncipe”. 2016b. A publicar.

PINTO, António Costa. A guerra colonial e o fim do império colonial português. In: BETHENCOURT e CHAUDHURI (dir.). **História da Expansão Portuguesa**. Vol.5. Círculo de Leitores, 1999. p.65-101.

ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. **São Tomé e Príncipe**. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Lisboa: ISCSP-UTL, 1996.

SANTO, Armindo Ceita Espírito. **Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo**. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

SANTO, Carlos Espírito. **Enciclopédia fundamental de São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Cooperação, 2001.

_____. **O nacionalismo político são-tomense**. 2 vols., Lisboa: Edições Colibri, 2012.

SANTOS, António de Almeida. **Quase memórias**. 2 volumes. Cruz Quebrada: Casa das Letras / Editorial Notícias, 2006.

SEIBERT, Gerhard. “A política num micro-estado. São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos”. **Lusotopie**. Paris: Karthala, 1995, p.239-250. In: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/seibert.pdf>, acesso: 25 de Janeiro de 2014.

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, clientes e compadres**. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. Lisboa: Vega, 2001.

SILVA, Otilina. **Cores e sombras de S. Tomé e Príncipe**. Ecos da terra do ossobó. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

_____. **São Tomé e Príncipe**. Ecos da terra do ossobó. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

TINY, Carlos. “O papel da Associação Cívica Pro-MLSTP na luta pela independência”. 2015. In: <http://www.telanon.info/destaques/2015/07/14/19652/o-papel-da-associacao-civica-pro-mlstp-na-luta-pela-independencia/>, acesso: 14 de Julho de 2015.

TORRES, Gastão d’Alva. “Associação Cívica – Pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe”. 2012. In: <http://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>, acesso: 6 de Abril de 2014

VELOSO, Pires. **Vice-Rei do norte**. Memórias e revelações. Lisbo: Âncora Editora, 2008.

Recebido em: 15 de agosto de 2016.

Aprovado em: 07 de novembro de 2016.